



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

Relatório e Contas Anuais 2012





CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

Usando da competência do número 2 do Artigo 18º e nos termos do Artigo 20º dos Estatutos, convoco os associados da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L., com sede em Leiria, no Largo Cândido dos Reis nº19 a 25, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Leiria sob o número único de matrícula e identificação fiscal 500 978 921, para participar na Assembleia Geral a realizar no dia 22 de Março do ano em curso (Sexta-Feira), pelas 16 horas, na sede da Caixa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Apreciação e deliberação sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012;

Ponto dois – Apreciação e deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;

Ponto três – Apreciação e deliberação sobre a proposta de distribuição de excedentes pelos associados;

Ponto quatro – Apreciação geral da administração e fiscalização da CCAML;

Ponto cinco – Exclusão de Associados.

Se à hora marcada para a reunião não se verificar número de presenças suficiente para a Assembleia funcionar, esta reunirá, com qualquer número de associados presentes, uma hora depois, nos termos do N° 2 do Artigo 21º dos Estatutos.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, 22 de Fevereiro de 2013

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Guilherme Alves da Silva



Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	4
1.1 - Evolução da economia nos países do euro.....	4
1.2 - Evolução da economia portuguesa.....	5
1.3 - A CCAML no contexto económico e financeiro.....	6
2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	7
3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO.....	9
3.1 - Estrutura do Activo Líquido	9
3.2 - Passivo e Capitais Próprios.....	10
4. VOLUME DE NEGÓCIOS	11
5. ACTIVIDADE COMERCIAL.....	12
5.1 - Captação de recursos alheios	12
5.2 - Crédito	13
5.2.1 - Carteira de Crédito.....	13
5.2.1.1 - Crédito vincendo	13
5.2.1.2 - Crédito vencido	14
5.2.1.3 - Garantias.....	16
5.3 - Actividade seguradora	17
6. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO	19
7. GESTÃO DE RISCOS.....	20
8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS	24
8.1 - Dimensão	24
8.2 - Área de Meios	24
8.2.1 - Recursos humanos	24
8.2.1.1 - Quadro de pessoal.....	24
8.2.1.2 - Formação	24
8.2.2 - Recursos tecnológicos e informáticos.....	26
8.2.3 - Meios de pagamento.....	27
9. ÁREA SOCIAL.....	28
10. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE.....	29
10.1 - Análise e decomposição dos resultados	29
10.2 - Produto bancário	33
10.3 - Eficiência.....	35
10.4 - Rendibilidade.....	37
11. INDICADORES PRUDENCIAIS.....	38
12. ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO.....	39
12.1 - Assembleia Geral.....	39
12.2 - Conselho de Administração.....	40
12.3 - Conselho Fiscal	40
12.4 - Política de remuneração	41
12.4.1 - Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização	41
12.4.2 - Análise sobre a política de remunerações	43
12.4.3 - Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais	43
12.5 - Organograma	44
12.6 - Sistema de controlo interno	45
12.7 - Auditoria	45
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	46
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	47
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	50
PARECER DO CONSELHO FISCAL	77
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	79



1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 - Evolução da economia nos países do euro

A conjuntura macroeconómica global caracterizou-se, durante o ano de 2012, pela contracção do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo aumento generalizado dos níveis de risco e de incerteza, num quadro marcado pela ocorrência de sucessivos e variados impactos de natureza exógena que produziram alterações ao contexto internacional e, por conseguinte, conduziram à revisão das políticas económicas à escala global.

Segundo alguns economistas, em particular na zona euro, persistem dúvidas quanto à disponibilidade das autoridades nacionais para implementar as políticas necessárias para a resolução da crise da dívida soberana e quanto à capacidade de cumprimento das metas orçamentais em alguns países, num quadro de ausência de crescimento económico.

Segundo dados do *Eurostat*, o PIB na área do euro registou uma queda de 0,6 por cento em cadeia no quarto trimestre de 2012 (após uma queda de 0,1 por cento no trimestre anterior). A variação homóloga do PIB registou uma quebra de 0,9 por cento face ao quarto trimestre de 2011. Em termos médios anuais, a economia da área do euro contraiu-se 0,5 por cento em 2012, face ao crescimento de 1,5 por cento registado em 2011.

Os receios das consequências financeiras e económicas das crises de dívida pública nos países que foram objecto de resgate, complementados com o risco de reestruturação das respectivas dívidas, provocaram fortes quedas nos mercados bolsistas e um aumento generalizado da aversão ao risco, que se repercutiu em maiores custos de financiamento nos mercados pelos países mais afectados e com dificuldades de liquidez nos mercados monetários, cuja recuperação se tem vindo a demonstrar lenta e sem evidenciar grandes indícios de segurança.

A taxa de inflação na zona euro, em Dezembro de 2012, manteve-se estável nos 2,2 por cento, o mesmo valor registado no mês anterior (segundo dados divulgados pelo *Eurostat*).

Ainda de acordo com o Gabinete de Estatísticas da União Europeia (UE), *Eurostat*, na média da UE, a taxa de inflação, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), fixou-se em 2,3 por cento em Dezembro de 2012, um ligeiro abrandamento face aos 2,4 por cento do mês anterior. Comparativamente a Dezembro de 2011, a taxa de inflação recuou 0,5 pontos percentuais (p. p.) na zona euro (era 2,7%) e 0,8 p. p. na UE (era 3,1%).

Em Dezembro último, na média da UE, as taxas de inflação mais baixas foram registadas na Suécia (0,9%), na Grécia (1,0%) e na Alemanha (2,1%) e as mais altas na Hungria (5,7%), na Estónia (4,2%), na Polónia e na Eslováquia (3,7% cada).

A taxa de desemprego, segundo dados divulgados pelo *Eurostat*, na zona euro atingiu no final de 2012 a taxa média de 11,8 por cento e na UE a taxa média dos 27 Estados-membros foi de 10,7 por cento, o maior índice desde a adopção da moeda única. Comparativamente ao período homólogo (Dezembro de 2011), as taxas de desemprego registaram subidas mais significativas na zona euro (era de 10,4%) e na UE (era de 10,1%).

Em Dezembro de 2012, o número de desempregados na zona euro ascendeu a 18,797 milhões de indivíduos, 2.327 mil a mais do que em Dezembro de 2011. No total dos países da UE, a falta de trabalho afectou 25,997 milhões de indivíduos, 2.197 mil a mais do que no período homólogo anterior.

Entre os Estados-membros, Portugal continua a ter a terceira taxa de desemprego mais elevada, apenas atrás da Grécia (27,0% em Novembro de 2012) e da Espanha (26,2%), enquanto que a Áustria (4,3%), a Alemanha e o Luxemburgo (5,3% cada) apresentam as taxas mais baixas.



Na comparação homóloga, as maiores subidas na taxa de desemprego verificaram-se na Grécia (19,7 para 27% entre Novembro de 2011 e Novembro de 2012), no Chipre (de 9,7 para 14,7% entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2012), na Espanha (de 23,2 para 26,2% no mesmo período) e em Portugal (de 14,6 para 16,5% entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2012).

Os principais recuos registaram-se na Estónia (de 12,1 para 9,9% entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2012), na Letónia (de 15,7 para 14,1% entre os terceiros trimestres de 2011 e de 2012) e na Lituânia (de 13,7 para 12,3% entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2012).

1.2 - Evolução da economia portuguesa

Na sequência da eclosão da crise económica-financeira global, iniciada em meados do ano de 2007, a persistência da crise da dívida soberana na área do euro, levou o Estado Português, em Maio de 2011, a solicitar ajuda financeira externa.

Ao longo de vários anos, Portugal foi acumulando desequilíbrios macroeconómicos e debilidades estruturais que, no contexto actual da crise internacional, conduziram ao avolumar do endividamento (público e privado) e a níveis elevados de endividamento externo, nomeadamente, a partir do ano de 2009, a situação foi-se deteriorando progressivamente, levando ao agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa, em termos de custos mais elevados e de crescentes dificuldades de acesso ao crédito.

O ano de 2012, ficou marcado por este pedido de ajuda, corporizada no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) assinado, conjuntamente, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE) – vulgarmente designados por *TROIKA* -, que impôs políticas e medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente, pela consolidação das finanças públicas (consolidação orçamental) e da desalavancagem gradual e ordenada do sector bancário que, pela sua natureza restritiva, surtiram forte impacto na procura interna, na actividade económica, no índice de desemprego e no agravamento das condições sociais do país.

Em consequência desta conjuntura difícil, com a economia global em contracção/desaceleração, os principais parceiros comerciais do nosso País, designadamente os países da Zona Euro, com acentuada quebra de dinamismo económico, com o investimento e o consumo público e privado a sofrerem uma redução, que não foi compensada pelo volume das exportações, num quadro de financiamento mais restritivo, originaram uma contracção do PIB, em 2012, de 3,2 por cento (face à contracção de 1,5 por cento registada em 2011).

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no quarto trimestre de 2012, o PIB em Portugal diminuiu 3,8 por cento em volume, face ao período homólogo, representando uma queda de 1,8 por cento face ao terceiro trimestre de 2012.

Esta retracção no quarto trimestre deveu-se a uma redução “significativa” da demanda externa, a uma queda expressiva e generalizada da procura interna, a uma diminuição de forma “menos acentuada” das importações, ao passo que as exportações de bens e serviços também diminuíram no período.

No quarto trimestre de 2012, o consumo privado registou, no índice de volume de negócios no comércio de retalho (excluindo o mercado automóvel), uma diminuição de 6,9 por cento em termos reais, após uma variação de -6,6 por cento no terceiro trimestre do mesmo ano, ao passo que a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) caiu cerca de 14 por cento, traduzindo-se numa redução de todas as componentes, com especial incidência no investimento público e residencial, associado ao impacto das medidas de consolidação orçamental sobre o rendimento das famílias.

De destacar ainda, a redução do consumo público pelo segundo ano consecutivo, após anos sucessivos de aumentos expressivos.



Segundo o *Eurostat*, a taxa de desemprego em Portugal atingiu os 16,5 por cento em Dezembro de 2012, ligeiramente acima do valor observado no mês anterior (16,3%) e superior aos 14,6 por cento registados no mês homólogo anterior.

Entre os jovens (com menos de 25 anos), Portugal registou, em Dezembro de 2012, uma taxa de desemprego de 38,3 por cento, ligeiramente inferior aos 38,7 por cento verificados em Novembro, mantendo a tendência de ligeiro recuo, dado que em Outubro era de 39 por cento, no entanto, acima dos 35,1 por cento verificados em Novembro de 2011.

Em 2012, a taxa de inflação, medida pela variação média anual do IHPC, fixou-se nos 2,8 por cento, menos 0,8 pontos percentuais do que em 2011 (3,6%). O valor registado em 2012 reflecte, em larga medida, o impacto das medidas de consolidação orçamental (OE 2012), nomeadamente ao nível dos sectores da habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis, dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, dos restaurantes e hotéis e dos transportes.

Segundo o INE, em 2012, verificou-se um crescimento médio anual mais elevado dos preços dos serviços que o observado para o preço dos bens, influenciada pela aceleração dos preços da restauração, reflectindo a alteração da taxa do IVA de 13 para 23 por cento.

1.3 – A CCAML no contexto económico e financeiro

No ano de 2012, o sector bancário continuou no epicentro da crise, sofrendo, primeiramente, os impactos da deterioração da situação financeira e, cada vez mais, com toda a “força” as consequências económicas e sociais dela resultantes. As instituições financeiras portuguesas acabaram o ano 2012, com muita ansiedade e incerteza latentes, quanto às variáveis dos orçamentos previstas para os próximos anos, atendendo às medidas apertadas e restritivas impostas e a impor pelo Programa da *TROIKA*, assinado em meados de 2011.

O sector financeiro foi particularmente visado pelas medidas de ajustamento e consolidação impostas pelo Programa, com destaque para a imposição de limites específicos ao nível da alavancagem da actividade, do reforço dos capitais e da solvabilidade, mas também da redução da exposição junto do Banco Central Europeu, colocando desafios à Banca particularmente exigentes que se estenderão até 2015, prazo em que vigorará o plano específico de financiamento e capitalização a ser controlado trimestralmente pelas autoridades.

No ano que findou, a CCAML procurou com realismo e determinação a sustentabilidade, baseada numa gestão diligente e segura dos capitais que lhe foram confiados, canalizando-os de forma prudente para as famílias e para as empresas financeiramente viáveis e com planos de negócio sustentáveis no médio e longo prazo, contribuindo por esta via para atenuar os danos da crise junto do sector social e empresarial dos concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém e, consequentemente, da economia nacional.

Neste contexto, a CCAML no ano de 2012, enquanto intermediário financeiro com um relacionamento privilegiado com os clientes, procurou reforçar a prudência, assente numa estrutura de base que se tem vindo a organizar e modernizar, permitindo maior vigilância e controlo, garantindo assim os interesses comuns da Instituição e dos seus *stakeholders* (colaboradores, associados, clientes, fornecedores, entre outros).



2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Enquadramento:

A CCAML é uma instituição de crédito com um regime regulamentar próprio. Opera como uma instituição bancária de retalho de âmbito regional, tendo como área de actuação os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém. Tem como principais linhas de negócio a captação de recursos, em especial de pequenas e médias poupanças, a sua rendibilização através de empréstimos, a particulares e a pequenas empresas e a aplicação em depósitos em outras instituições de crédito.

A CCAML propõe-se ser uma instituição de crédito com uma oferta de serviços financeiros diversificada, orientada para a satisfação das necessidades dos seus associados, clientes e comunidades locais, pautando-se por uma actuação social e economicamente responsável, baseada em valores como rigor, confiança, mutualismo e espírito comunitário, procurando, simultaneamente, a racionalização dos custos e a maximização da rendibilidade dos recursos, com uma gestão cuidadosa face aos riscos, através de um crescimento prudente e sustentado dos seus negócios.

A persecução destas metas tem subjacente a preservação e reforço de níveis de solvabilidade e liquidez elevados e o compromisso de criar valor para o associado e solidez para a instituição.

A CCAML, sabendo as responsabilidades que lhe cabem e o papel que desempenha na economia dos concelhos da sua área de intervenção, continuará a dar grande relevância estratégica ao desenvolvimento de uma política de responsabilidade social, que se manifesta pelo apoio a projectos de educação, voluntariado, solidariedade social e cultural, através da Fundação Caixa Agrícola de Leiria, integralmente financiada pela CCAML, assim como, pelo exercício da sua actividade de intermediação financeira, pautada pelos valores que sempre a nortearam: Servir os clientes sem nunca descurar a solidez da instituição, gerindo com diligência e segurança os capitais que lhe são confiados.

Objectivos Estratégicos para o triénio 2010 - 2012

▪ Modernização operacional	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver os sistemas de informação e informáticos;- Implementar processos de acordo com novas exigências regulamentares;- Desenvolver soluções financeiras e de meios de pagamento orientadas para as necessidades dos clientes no âmbito de uma oferta diversificada de serviços bancários.
▪ Gestão pró-activa do risco	<ul style="list-style-type: none">- Manter os critérios de rigor na concessão de crédito;- Aprofundar processo de análise, monitorização e controlo dos riscos em especial do crédito;- Aumentar a pró-actividade da recuperação de crédito;- Desenvolvimento dos mecanismos de contingência do Plano de Continuidade de Negócio (PCN);- Preservar os níveis robustos de solvabilidade e liquidez.
▪ Refrescar a imagem e reforçar a identidade da instituição	<ul style="list-style-type: none">- Concluir o processo, continuando a divulgar a nova imagem;- Normalização gradual do interior das Agências.
▪ Valorizar os recursos	<ul style="list-style-type: none">- Manter o plano de formação, orientado para a qualidade no desempenho, responsabilização e valorização profissional;- Desenvolver a cultura de interdependência e de respeito por elevados padrões éticos e deontológicos.
▪ Diversificar na prestação de serviços e dinamização comercial	<ul style="list-style-type: none">- Continuar a dinamizar a implementação do serviço "CCAML On-Line Empresas";- Manter e reforçar o canal Banca-Seguros;- Dinamizar a Linha de Crédito "Recuperação do Centro Histórico de Leiria";- Fazer crescer o número de clientes/contas activas;- Promover a contratação de meios de pagamento (cartões e débitos directos);- Promover a domiciliação de vencimentos.



▪ Contenção de custos e melhoria da eficiência	<ul style="list-style-type: none">- Racionalizar processos promovendo a simplificação administrativa e a “despapelização”;- Maior contenção na despesa, concentrando atenção na eficiência, redução de custos e de eliminação de desperdícios;- Racionalização e adequação dos horários de abertura das Agências.
▪ Desenvolver e potenciar a ligação ao chamado “Terceiro Sector”	<ul style="list-style-type: none">- Dinamizar com iniciativas culturais e de beneficência social através do apoio disponibilizado para a Fundação Caixa Agrícola de Leiria;- Informar e dar a conhecer as actividades / apoios da Fundação;- Desenvolver a cooperação com as diversas entidades de beneficência social e cultural, dinamizando a satisfação das necessidades financeiras através do aumento das relações comerciais e dinamização da economia social.

Na sequência do processo de elaboração do Plano de Actividades e Orçamento para 2013 e de eleição de novos Órgãos Sociais, em Dezembro de 2012, foram revistas as linhas de orientação estratégica e estabelecidas novas prioridades para o novo mandato, de 2013 a 2015. Em linha com a estratégia anteriormente definida, as novas prioridades prosseguem com as orientações existentes, revitalizando, entre outros, a atenção nos objectivos relacionados com o controlo dos riscos e na racionalização dos serviços e redução da despesa, para fazer face aos constrangimentos que o actual ambiente económico impõe.



3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

3.1 – Estrutura do Activo Líquido

No contexto de instabilidade e de incertezas descritas no enquadramento, o ano de 2012, veio evidenciar a adequação da estratégia prosseguida pela CCAML e a importância do seu papel no sector financeiro e bancário, enquanto detentor de liquidez/disponibilidades para aplicar, traduzido no crescimento das suas actividades e melhoria do perfil de liquidez do activo.

Em 2012, apesar da queda verificada nos activos de liquidez em 2010 e 2011 de 9,16 e 3,51 por cento, correspondentes a uma diminuição de cerca de 19,8 e 6,9 milhões de euros, respectivamente, a CCAML inverteu essa tendência decrescente, tendo registado um incremento de 9 por cento, a que corresponde um crescimento de cerca de 17 milhões de euros.

As disponibilidades e as aplicações em Instituições de Crédito continuam a ser as rubricas, tal como nos períodos homólogos anteriores, que mais contribuem para a formação deste agregado, totalizando 206.582 milhares de euros e assumindo um peso de 49,74 por cento do total do activo, face aos cerca de 48 por cento registados em igual período do ano anterior, seguida do crédito concedido e dos activos financeiros disponíveis para venda com aproximadamente 32 e 13 pontos de percentagem.

A rubrica crédito concedido, líquido de provisões, contrariamente ao ligeiro crescimento de 0,09 por cento registado em 2011 (face a 2010), apresentou em 2012 um decréscimo de cerca de 7,4 milhões de euros (- 5,22 por cento do que em 2011), resultante, em larga escala, pelo agravamento da situação da economia nacional com consequências directas nas taxas de desemprego, menor rendimento das famílias através dos cortes dos salários e aumentos das cargas fiscais, traduzindo-se na redução do consumo e do investimento, com reflexos no poder de compra, penalizando toda a actividade económica transversal a vários sectores de actividade.

Os activos financeiros disponíveis para venda, apesar da alienação de títulos de obrigações do tesouro no valor nominal total de 2.418.519 euros, registaram em 2012 um incremento desta rubrica de aproximadamente 13,9 milhões de euros (+ 33 por cento face a 2011), resultante da valorização ao valor de mercado.

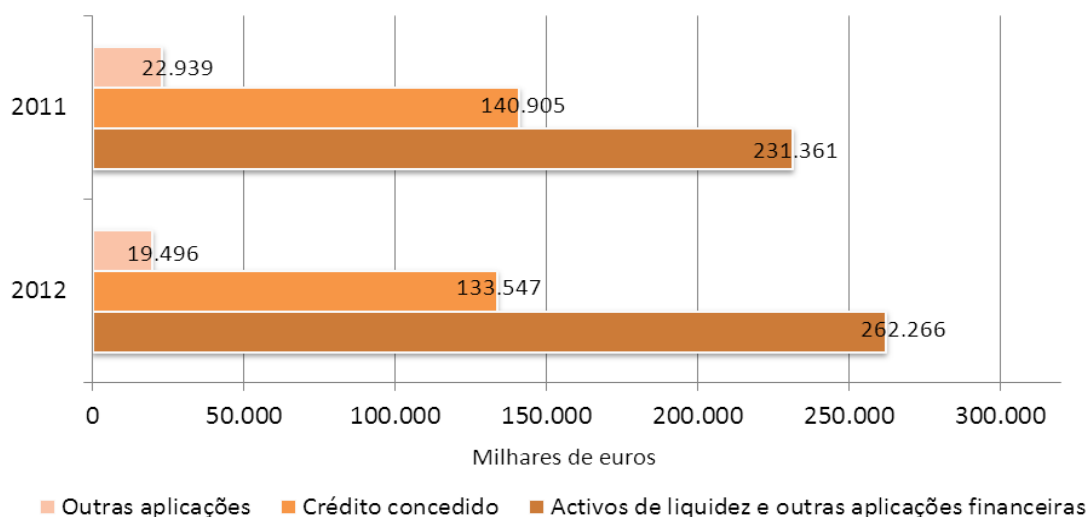
ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO

(milhares de euros)

	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	395.813	95,31	372.266	94,20	23.547	6,33
Activos de Liquidez	206.582	49,74	189.531	47,96	17.051	9,00
Caixa e disponibilidades em Bancos	10.928	2,63	13.176	3,34	-2.248	-17,06
Aplicações em I. C.	195.654	47,11	176.354	44,62	19.300	10,94
Crédito Concedido (líquido de provisões)	133.547	32,16	140.905	35,65	-7.358	-5,22
Activos financeiros disponíveis p/ venda	55.684	13,41	41.830	10,59	13.854	33,12
OUTRAS APLICAÇÕES	19.496	4,69	22.939	5,80	-3.443	-15,01
Activos não correntes detidos p/ venda	4.436	1,07	4.783	1,21	-347	-7,26
Outras	15.060	3,62	18.156	4,59	-3.096	-17,05
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	415.309	100,00	395.205	100,00	20.104	5,09



ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO



3.2 – Passivo e Capitais Próprios

No contexto económico e financeiro adverso que se vive actualmente na área do euro e consequentemente em Portugal, a CCAML em 2012, inverteu a curva descendente dos últimos dois exercícios, tendo registado um aumento do agregado total do passivo e do capital próprio.

O passivo cresceu 1,05 por cento, face a 2011, atingindo 357.852 milhares de euros, no qual se destaca o crescimento registado na rubrica Recursos de clientes e instituições de crédito em 1,47 por cento (cerca de 5 milhões de euros), continuando esta a ser a rubrica que mais contribui para a formação do total do “Passivo + Capital Próprio” com cerca de 83 por cento, seguindo-se a rubrica “Capital + Provisões” com cerca de 14 por cento e os Instrumentos representativos de capital e Outros passivos com aproximadamente 3 pontos de percentagem.

Os recursos próprios e as provisões aumentaram em 2012, para 58,8 milhões de euros face aos 42,5 milhões de euros registados em Dezembro de 2011, embora cerca de 13,8 milhões de euros se deva à valorização no mercado dos Activos financeiros disponíveis para venda. A CCAML, em 2012, com o intuito de manter os níveis de solidez, realizou um aumento do capital Institucional, por incorporação de reservas, de 3 milhões de euros, fixando-se em 2012 em 40,1 milhões de euros.

PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Recursos de clientes e Instituições Crédito	343.975	82,82	338.980	85,77	4.995	1,47
Instrumentos representativos de capital	5.199	1,25	6.210	1,57	-1.011	-16,28
Outros passivos	7.335	1,77	7.553	1,92	-218	-2,89
Capital + provisões	58.800	14,16	42.462	10,74	16.338	38,48
TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO	415.309	100,00	395.205	100,00	20.104	5,09



4. VOLUME DE NEGÓCIOS

No ano de 2012, a CCAML viu o seu volume de negócios crescer cerca de 29 milhões de euros face a 2011 (+ 4 por cento), contrariamente aos decréscimos verificados nos dois anos antecedentes (tendo registado em 2010 e 2011, quedas de -18.705 e -18.904 milhares de euros, a que correspondeu uma redução de 2,45 e 2,54 por cento), devendo-se, maioritariamente, ao crescimento das rubricas Aplicações em OIC, Actividades de investimento e Recursos de clientes e de outras Instituições de Crédito.

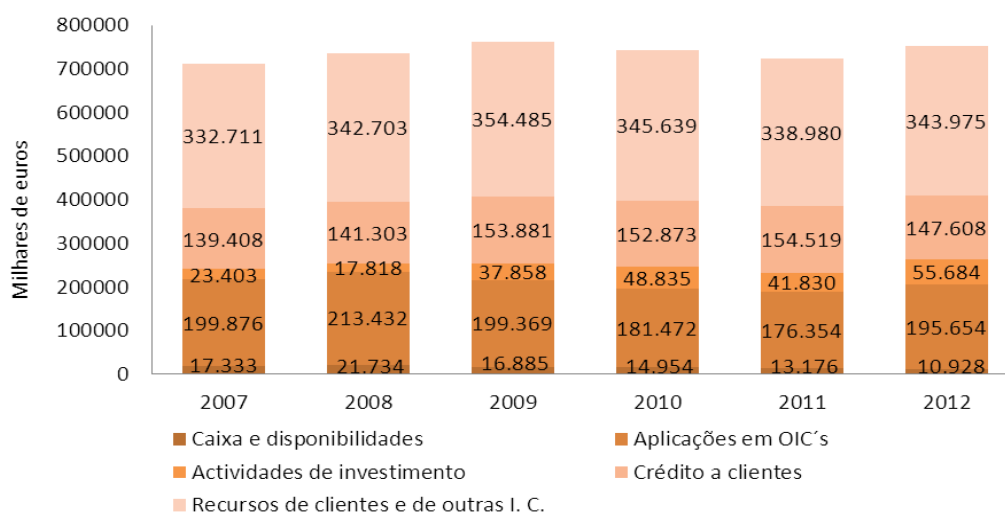
A rubrica Aplicações em OIC's, apesar de ter sido a que mais cresceu em valor em 2012 (19.300 milhares de euros), não é a parcela mais representativa na formação do volume de negócios, mantendo-se no topo a rubrica Recursos de clientes e de outras I. C. com cerca de 46 por cento, seguindo-se as aplicações em OIC e o crédito concedido a clientes com cerca de 26 e 20 pontos de percentagem, respectivamente.

FORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	10.928	1,45	13.176	1,82	-2.248	-17,06
Aplicações em OIC's	195.654	25,95	176.354	24,33	19.300	10,94
Actividades de investimento	55.684	7,39	41.830	5,77	13.854	33,12
Crédito a clientes	147.608	19,58	154.519	21,32	-6.911	-4,47
Recursos de clientes e de outras I. C.	343.975	45,63	338.980	46,76	4.995	1,47
VOLUME DE NEGÓCIOS	753.849	100,00	724.859	100,00	28.990	4,00

VOLUME DE NEGÓCIOS





5. ACTIVIDADE COMERCIAL

5.1 – Captação de recursos alheios

Em 2012, o saldo da rubrica “Total de recursos alheios” é constituído, similarmente aos anos anteriores, quase exclusivamente pelos recursos de clientes, representando 99,96 por cento do total do agregado e apresentando um crescimento de 1,47 por cento face a 2011 (cerca de 5 milhões de euros).

FORMAÇÃO DOS RECURSOS ALHEIOS

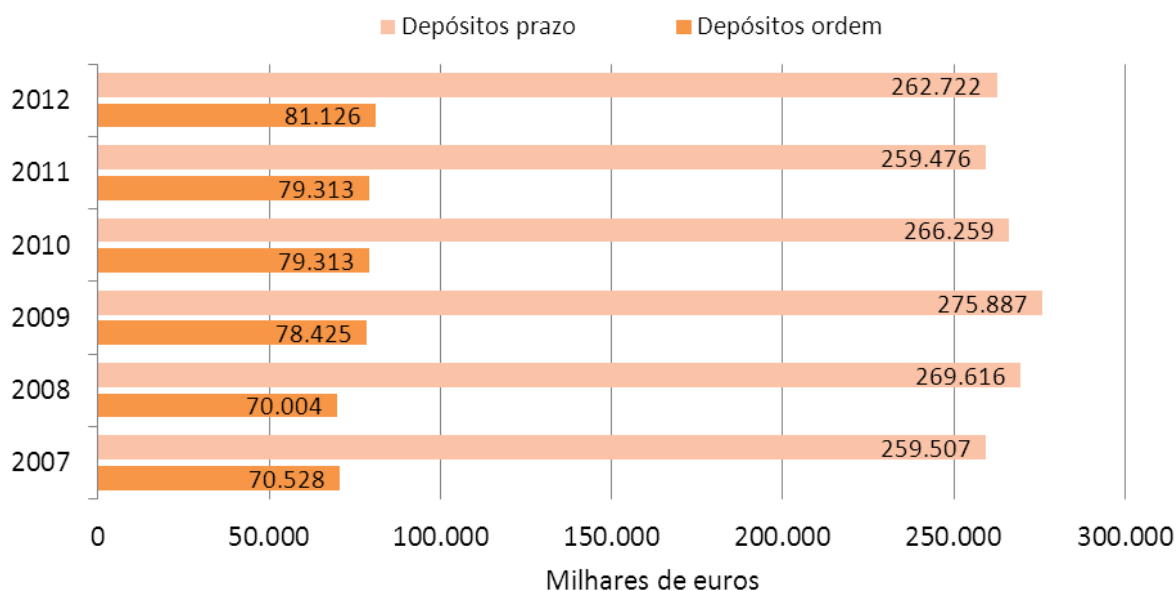
(milhares de euros)

Rubricas	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos à ordem	81.126	23,58	79.313	23,39	1.813	2,29
Depósitos a prazo	262.722	76,38	259.476	76,55	3.246	1,25
Total de recursos de clientes e outros empréstimos	343.848	99,96	338.789	99,94	5.059	1,49
Recursos de outras Instituições de Crédito	127	0,04	191	0,06	-64	-33,51
TOTAL DE RECURSOS	343.975	100,00	338.980	100,00	4.995	1,47

A rubrica do Passivo, Recursos de clientes e outros empréstimos apresentou, no ano de 2012, quer em depósitos à ordem, quer a prazo, crescimentos que totalizam 5 milhões de euros (+ 1,49 por cento face a 2011), invertendo a tendência decrescente que se vinha a verificar em anos anteriores. Este crescimento ocorreu num contexto de taxas de referência a níveis muito reduzidos e de elevada concorrência no preço, na retenção e na angariação de depósitos.

No ano 2012, registou-se uma consolidação dos recursos de clientes em depósito à ordem, que se revelou como um dos melhores dos últimos anos, fixando-se nos 81.126 milhares de euros, representando 23,58 por cento do total dos montantes captados junto dos clientes.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS





5.2 – Crédito

5.2.1 – Carteira de Crédito

A CCAML no ano de 2012, acompanhando as tendências de mercado, viu o crédito concedido decrescer 6.911 milhares de euros, face ao ano 2011 (- 4,47 por cento), fixando-se nos 147.608 milhares de euros.

CRÉDITO CONCEDIDO

(milhares de euros)

Rubricas	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito vincendo	127.634	86,47	138.069	89,35	-10.435	-7,56
Crédito vencido	19.974	13,53	16.450	10,65	3.524	21,42
TOTAL	147.608	100,00	154.519	100,00	-6.911	-4,47

5.2.1.1 – Crédito vincendo

DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO VIVO

(milhares de euros)

Rubricas	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos + Conta Corrente	80.524	63,09	89.016	64,47	-8.492	-9,54
Crédito habitação	45.298	35,49	46.544	33,71	-1.246	-2,68
Desconto	1.381	1,08	1.901	1,38	-520	-27,36
Juros de crédito a clientes	431	0,34	608	0,44	-177	-29,11
TOTAL	127.634	100,00	138.069	100,00	-10.435	-7,56

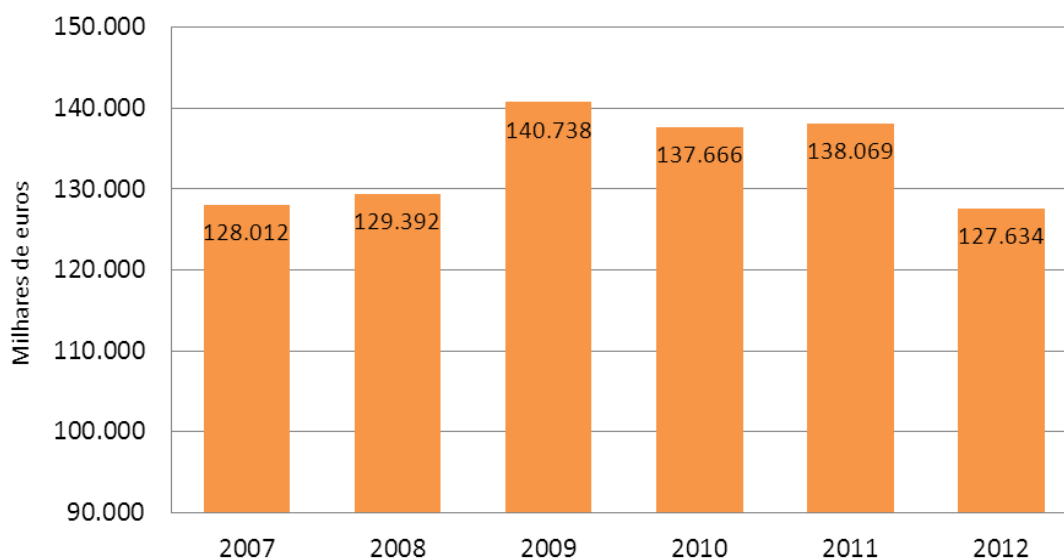
No ano de 2012, no seguimento do decrescimento registado no ano de 2010 e contrariamente ao ligeiro crescimento verificado em 2011, o crédito vivo da CCAML fixou-se nos 127.634 milhares de euros, registando uma contracção de 7,56 por cento face a 2011, correspondente a uma variação negativa de 10.435 milhares de euros.

O ano em análise fica marcado pelo registo de contracção em todas as variantes de crédito vivo, como resultado da manutenção de um elevado grau de selectividade e de uma menor procura de crédito, sendo a mais representativa a rubrica "Empréstimos + Conta Corrente" com cerca de 8,5 milhões de euros (-9,54 por cento).

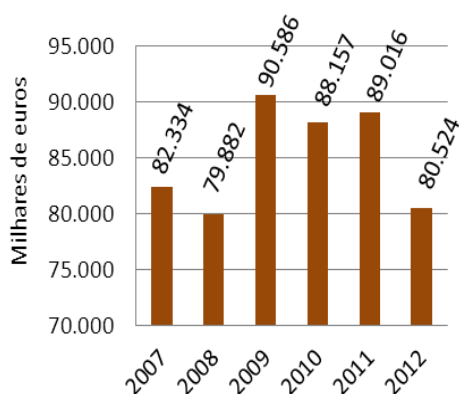
O agregado que mais contribuiu para a formação do crédito vivo total continua a ser a rubrica "Empréstimos + conta corrente" com cerca de 63 por cento, correspondendo a verba de 80.524 milhares de euros, seguindo-se a rubrica "Crédito habitação" com cerca de 35,5 por cento, a que corresponde a verba de 45.298 milhares de euros.



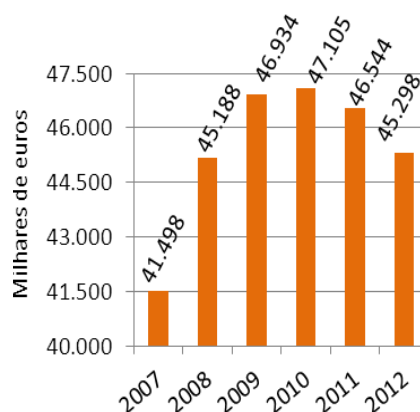
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VIVO



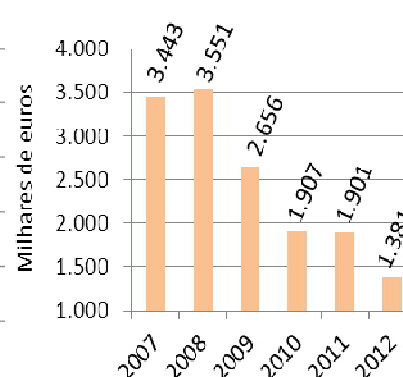
EMPRÉSTIMOS + C/C + DESCOB. D.O.



HABITAÇÃO



DESCONTO



5.2.1.2 – Crédito vencido

O nosso país está a atravessar uma das maiores recessões de todos os tempos, como consequência das dificuldades económico-financeiras que se fizeram sentir por todo o mundo, traduzindo-se em encerramento diário de empresas, aumento do desemprego, redução da massa salarial, aumento da carga fiscal, repercutindo-se, obviamente, no poder de compra e na capacidade de solver compromissos assumidos.

Assim, a CCAML não está a passar imune à crise e às dificuldades que se estão a fazer sentir na sociedade, apresentando em 2012, na rubrica de crédito vencido um crescimento de 3.524 milhares de euros (+ 21,42 por cento face a 2011).

A classe X a XII apresenta melhorias na variação face ao ano anterior, registando um decréscimo de 715 milhares de euros, correspondente a uma redução de 6,77 por cento.



ESTRUTURA DO CRÉDITO VENCIDO POR CLASSES

(milhares de euros)

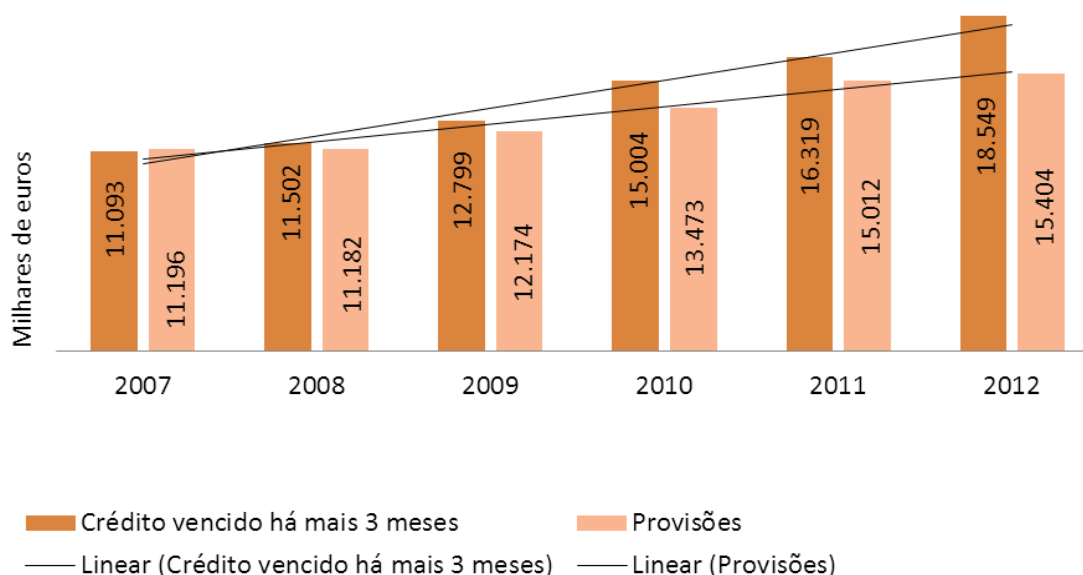
Rubricas	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I - Até 3 meses	1.425	7,13	131	0,79	1.294	987,79
II - de 3 a 6 meses	1.534	7,68	988	6,01	546	55,23
III e IV - de 6 a 12 meses	2.956	14,80	1.167	7,09	1.789	153,33
V a IX - de 1 a 3 anos	4.214	21,10	3.604	21,91	610	16,92
X a XII - mais de 3 anos	9.845	49,29	10.560	64,20	-715	-6,77
TOTAL	19.974	100,00	16.450	100,00	3.524	21,42

No ano de 2012, o agregado da classe de crédito vencido há mais de três anos é o que representa a maior parcela com cerca de 49 por cento face ao crédito vencido total. Este valor caracteriza-se em larga medida pelo reduzido número de devedores que o compõem e justifica-se pelo arrastar dos processos judiciais, processos esses, que na sua maioria são suportados por garantias reais, revestidos de uma boa probabilidade de ressarcimento dos valores em dívida.

Se considerarmos em exclusivo a faixa dos créditos vencidos e não pagos há mais de doze meses, comparativamente ao crédito concedido total, esta relação cresce para os 9,52 por cento, quando comparado com o mesmo índice dos três anos anteriores, 2011, 2010 e 2009, que era de 9,17, 8,09 e 7,35 pontos de percentagem, respectivamente.

As taxas de cobertura por provisões do crédito vencido em dívida, há mais de três meses, atingem os 83,05 por cento e 109,57 pontos percentuais para o crédito vencido há mais de um ano.

PROVISIONAMENTO DO CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 3 MESES





EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITO VENCIDO

(milhares de euros)

Indicadores	2012	2011	Variação	
			Valor	%
Crédito concedido	147.608	154.519	-6.911	-4,47
Crédito vencido	19.974	16.450	3.524	21,42
Crédito vencido há menos de 3 meses	1.425	131	1.294	987,79
Crédito vencido há mais de 3 meses	18.549	16.319	2.230	13,66
Crédito vencido há mais de um ano	14.059	14.164	-105	-0,74
Crédito vencido há menos de 3 meses em relação ao crédito vencido total (%)	7,13%	0,80%	6,33	p.p. 791,25
Crédito vencido há mais de 3 meses em rel.ao crédito vencido total (%)	92,87%	99,20%	-6,33	p.p. -6,38
Crédito vencido há mais de um ano em relação ao crédito vencido total (%)	70,39%	86,10%	-15,71	p.p. -18,25
Provisões totais para crédito				
Riscos gerais de crédito	1.343	1.399	-56	-3,99
Crédito vencido e cobrança duvidosa	14.061	13.613	448	3,29
Total	15.404	15.012	392	2,61
Rácios do Crédito vencido em relação ao crédito total				
Rácio de crédito e juros vencidos totais	13,53%	10,65%	2,88	p.p. 27,04
Idem vencidos há mais de 3 meses	12,57%	10,56%	2,01	p.p. 18,99
Idem vencidos há mais 12 meses	9,52%	9,17%	0,35	p.p. 3,82
Rácio ajustado (Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido)	3,36%	1,92%	1,44	p.p. 75,01
Taxas de cobertura por provisões				
Crédito vencido total	77,12%	91,26%	-14,14	p.p. -15,50
Crédito vencido há mais de 3 meses	83,05%	91,99%	-8,94	p.p. -9,72
Crédito vencido há mais de um ano	109,57%	105,99%	3,58	p.p. 3,38

5.2.1.3 – Garantias

a) Crédito vivo

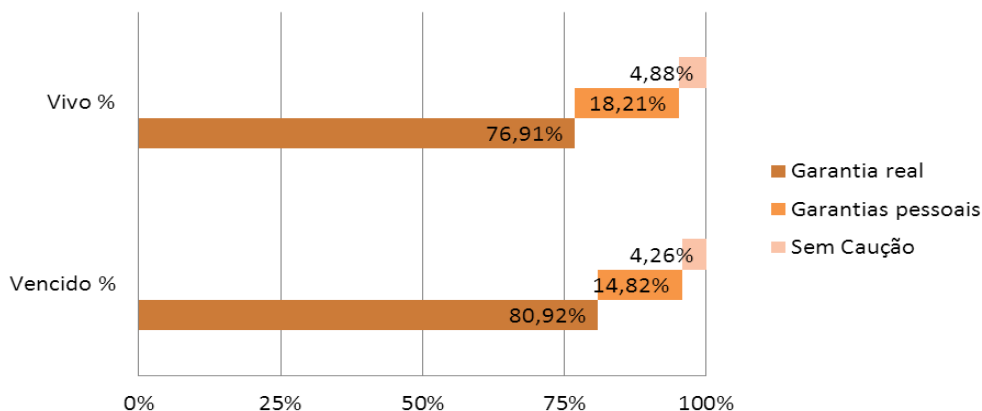
Para um montante alcançado em 2012 de 127.634 milhares de euros, 76,9 por cento do crédito concedido vivo está caucionado por garantias reais, 18,2 por cento beneficia de garantias pessoais e 4,9 por cento não está suportado por garantias adicionais (sem caução).

b) Crédito vencido

O crédito vencido e não pago em 2012, fixou-se em 19.974 milhares de euros, tendo a sua estrutura de garantias beneficiado de um reforço comparativamente ao ano de 2011, encontrando-se agora caucionados por garantias reais cerca de 80,9 por cento dos empréstimos vencidos (+ 11,55 por cento), 14,8 por cento beneficiam de garantias pessoais (- 11,16 por cento) e 4,3 por cento não têm garantia adicional (- 60,49 por cento).



CRÉDITO VENCIDO E VIVO POR TIPO DE GARANTIA



5.3 – Actividade seguradora

No ano de 2012 o volume de produção de seguro directo em Portugal foi aproximadamente de 11 mil milhões de euros, representando uma contracção de 6,3 por cento, face ao período homólogo de 2011. De salientar que as empresas sob supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) foram responsáveis por cerca de 93 por cento desta produção.

A variação negativa na produção de seguro directo, ficou a dever-se, essencialmente, à quebra de 8,1 por cento verificada no ramo Vida, tendo a produção Não Vida igualmente registado um decréscimo de 3 por cento. Não obstante, ambos os ramos atingiram valores dentro da mesma ordem de grandeza registados em 2011. Contrariando esta tendência, em 2012 as operações de capitalização registaram um reforço comparativamente ao ano anterior.

Durante o ano 2012, a conjuntura económica e financeira foi apresentando indicadores deficitários crescentes, que obrigaram todas as instituições no mercado de seguros a criar planos de reacção e não planos de acção, pois perante tais indicadores, a execução de planos tornou-se quase missão impossível, dada a volatilidade dos mercados.

Em 2012, a CCAML desencadeou acções comerciais para ambos os ramos, de forma a permitir dinamizar a rede de vendas, através de Campanhas de curto prazo, propostas pelos parceiros, desencadeando desafios às equipas que constituem a rede comercial da Caixa.

Para alcançar os objectivos, foram definidos mercados-alvo: o cliente particular e as PME's. Apesar de se tratar de mercados de difícil penetração devido à elevada e exigente concorrência, a estrutura comercial da CCAML conseguiu angariar e acompanhar os negócios a que se propôs.

Foi neste cenário, que a CCAML alcançou resultados positivos no ramo Vida e Não Vida, com variações de 164 e 17 por cento, respectivamente. Os produtos *Clinicard*, Acidentes de Trabalho, Habitação e Automóvel foram responsáveis pelo resultado obtido, contribuindo com mais de 70% do valor total de crescimento do ramo Não Vida.

O resultado alcançado responde às acções desenvolvidas, tendo em conta que o Automóvel e Acidentes de Trabalho foram produtos concretizados no segmento Empresas e o *Clinicard* e a Habitação foram bem-sucedidos junto do canal Particulares.

Em relação ao ramo Vida o crescimento alcançado deveu-se, essencialmente, ao produto PPR, promovido com o intuito de diluir a taxa de erosão de depósitos de curto prazo. Na prática, este produto foi proposto em situações de solicitação de liquidação de fundos com o objectivo de transferência para OIC's.



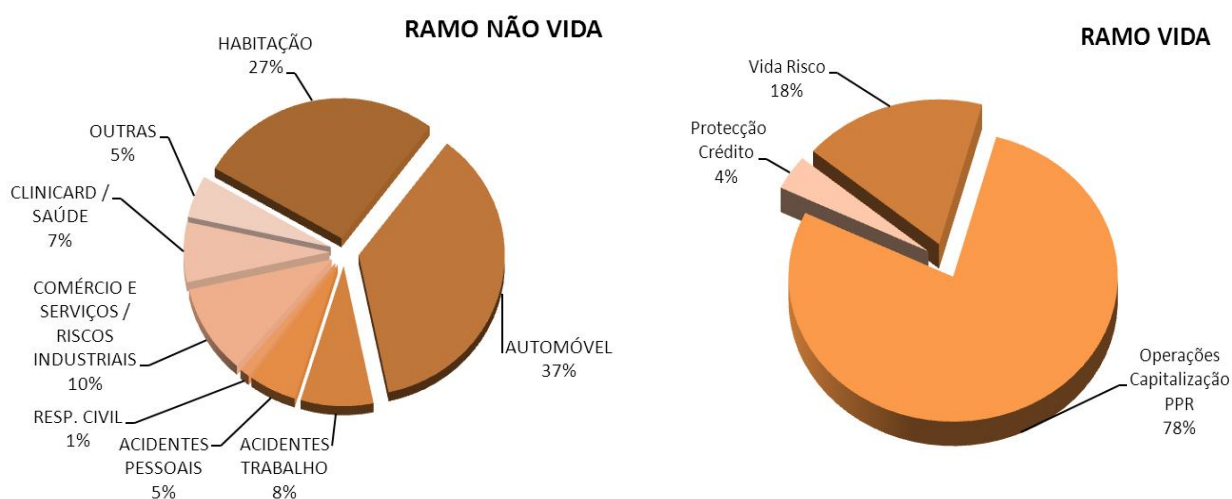
Em relação à carteira de seguros da CCAML (produção nova), concluiu-se que em 2012, se inverteu a tendência decrescente verificada em 2010 e 2011, registando um crescimento importante de 2,58 por cento, fixando-se a carteira em 8.714 apólices.

Os seguros pertencentes ao ramo Não Vida representam em número de apólices cerca de 63 por cento do total da carteira, a que corresponde uma variação positiva de 207 apólices face ao ano de 2011 (+ 3,93 por cento). Em relação aos seguros pertencentes ao ramo Vida, representam em número de apólices cerca de 37 por cento do total da carteira, a que corresponde um acréscimo de produção de 12 apólices (+ 0,37 por cento).

SEGUROS - N.º APÓLICES

Ramos	2012		2011		Variação	
	Nº apólices	%	Nº apólices	%	Nº apólices	%
Não vida	5.471	62,78	5.264	61,97	207	3,93
Vida	3.243	37,22	3.231	38,03	12	0,37
Total	8.714	100,00	8.495	100,00	219	2,58

Distribuição da Produção de Seguro directo da CCAML:



No ramo Vida, em 2012, a carteira foi reforçada com a Campanha de produto PPR que ultrapassou 1Milhão de euros, passando a representar 78 por cento do total da carteira.



6. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

No exercício de 2012, as Actividades financeiras e de investimento, sofreram um crescimento de 13,36 por cento face ao ano anterior, a que corresponde um incremento de cerca de 31 milhões de euros. A rubrica que mais contribui para a formação deste agregado, continua a ser as Aplicações em OIC com cerca de 75 por cento, seguindo-se as Actividades de investimento e a rubrica de Caixa e disponibilidades com cerca de 21 e 4 por cento, respectivamente.

As aplicações em instituições de crédito, a exemplo de anos anteriores, têm sido o principal destino das verbas excedentárias não aplicadas em crédito, pelas razões de conjuntura macroeconómica amplamente conhecidas e frequentemente referidas ao longo deste relatório.

A CCAML, em 2012, apesar de ter alienado títulos de obrigações do tesouro, em final de tempo de maturação, com o valor nominal total de 2.419 milhares de euros, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda registou um crescimento de 13,9 milhões de euros (+ 33,12 por cento face a 2011) resultantes da valorização do valor de mercado.

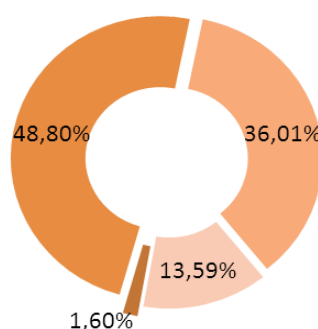
A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda engloba os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital. O montante aplicado em instrumentos de capital não sofreu alterações no exercício, estando fixo em cerca de 1.214 milhares de euros, sendo constituídos por títulos de capital da SIBS (99,73 por cento), da SWIFT (0,17 pontos percentuais) e da Agrimútu, FCRL (0,10 pontos de percentagem).

ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

(milhares de euros)

Rubricas	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	10.928	4,17	13.177	5,70	-2.249	-17,07
Aplicações em OIC's	195.654	74,60	176.354	76,22	19.300	10,94
Actividades de investimento	55.684	21,23	41.830	18,08	13.854	33,12
TOTAL	262.266	100,00	231.361	100,00	30.905	13,36

ACTIVOS



■ Caixa e disponibilidades em B. Centrais ■ Aplic. Outras I. C.
■ Créditos a clientes ■ Activos financ. disponíveis p/ venda



7. GESTÃO DE RISCOS

A gestão dos riscos, efectuada pela CCAML, procura garantir o equilíbrio e a sustentabilidade da Instituição no longo prazo. A prossecução destes objectivos abrange a avaliação e o controlo dos riscos de crédito, concentração, operacional (incluindo o risco dos sistemas de informação), taxa de juro, liquidez, *compliance* e reputação.

A CCAML apresenta (historicamente) níveis de solvabilidade e liquidez elevados, reveladores de um perfil cauteloso face ao risco. Em Dezembro, apresentava um rácio de solvabilidade de 18,6% e um rácio de crédito sobre depósitos de 38,1%, indicadores que a distinguem, positivamente, relativamente aos níveis assinalados, pelas entidades de supervisão, para o alcance de solidez e equilíbrio financeiro. Importa, no entanto, manter o comprometimento em procurar identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos como forma de acautelar o impacto na situação financeira da instituição dos factores de risco, em particular, daqueles que resultam da situação económica que o país atravessa, como forma de assegurar o equilíbrio e a solidez.

A estratégia adoptada vem traduzida nas linhas de orientação seguintes:

- Manutenção dos critérios de rigor na concessão de crédito;
- Aprofundamento do processo de análise, monitorização e controlo dos riscos em especial do crédito;
- Aumento da pró-actividade da recuperação de crédito;
- Gestão pró-activa das taxas de juro recorrendo a políticas de mitigação do risco;
- Desenvolvimento dos mecanismos de contingência do Plano de Continuidade de negócio;
- Redução dos limites de exposição nas classes de maior exposição;
- Preservação dos níveis robustos de solvabilidade e liquidez.

No plano operacional, a CCAML assegurou os processos de acompanhamento e reporte relativos aos Fundos Próprios e Requisitos regulamentares de Capital, aos níveis de liquidez, ao risco de taxa de juro da carteira bancária, assim como, o desenvolvimento do processo de reporte do crédito em risco. No âmbito do Pilar II, efectuou-se o relatório do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno ("ICAAP"), de Testes de Esforço, incluindo o exercício de *reverse stress tests*, e de Risco de Concentração. Os resultados obtidos, pela realização destes trabalhos, apontam para a solidez da situação financeira da Instituição, face aos riscos e à ocorrência de eventos hipotéticos, de natureza excepcional mas plausível, não manifestando a necessidade de reforço dos capitais internos.

No âmbito do Pilar III, foi divulgado o relatório de Disciplina de Mercado (disponível no site em www.caixacreditoleiria.pt/informação_financeira), que informa de uma forma mais detalhada, sobre a solvabilidade, os riscos e os processos que suportam a sua gestão, tendo subjacente uma óptica predominantemente prudencial.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é o principal risco subjacente à actividade, está associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente cumprir com as suas obrigações.

O ambiente económico, em 2012, manteve-se significativamente adverso, com consequências materiais ao nível do risco de crédito, com níveis de incumprimento crescentes, em particular nos segmentos das Empresas do sector da Construção e de Particulares, para os quais, é conferida uma atenção reforçada, nomeadamente, através do reforço dado aos processos de concessão e acompanhamento de crédito.

Ao nível da concessão dos empréstimos, a apreciação do risco de crédito é efectuada pelo Serviço de Análise de Crédito, abrangendo a totalidade de clientes e empréstimos. As propostas de crédito obedecem a uma estrutura documental de suporte pré-definida e são todas sujeitas a uma análise individual, da qual são emitidos pareceres, com base em elementos de natureza qualitativa e quantitativa. Esta análise é feita no momento da concessão do crédito, periodicamente e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente, ou se identifiquem factores que sugiram a necessidade de uma reavaliação do risco. Foi conferida uma atenção acrescida à situação financeira das empresas e particulares, com uma preocupação adicional sobre a análise das garantias apresentadas.



Ao nível do acompanhamento, foi reforçada a atenção aos processos de prevenção e acompanhamento de situações de incumprimento, de clientes particulares, com significativas alterações introduzidas nestes processos no final do ano, em resultado da regulamentação publicada, no sentido de aumentar a sistematização dos procedimentos e medidas de acompanhamento da execução dos contratos de crédito, por via da detecção precoce de indícios de incumprimento e da adopção de medidas susceptíveis de prevenir o referido incumprimento.

Ao nível da monitorização e acompanhamento do crédito foi, ainda, desenvolvido o processo de identificação e reporte de crédito renegociado, com a introdução de um conceito mais lato de risco de crédito que inclui a marcação de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

Relativamente à recuperação do crédito vencido, não obstante o registo de recuperações relevantes, em 2012, registou-se um crescimento das situações de clientes em situação de insolvência, um volume relevante de penhoras sobre os saldos das contas dos clientes e um acréscimo do número de créditos em acompanhamento pelo Serviço de Contencioso.

Os Requisitos regulamentares de Capital, calculados através do método padrão, registaram um crescimento de 32%. A necessidade de reforço dos capitais para o risco de crédito ocorreu, principalmente, pela influência das posições relativas às aplicações em OIC's, nomeadamente em resultado da sua ponderação, por influência negativa que essas posições sofreram em consequência da degradação do *rating* da República, pelas empresas oficiais de notação de risco.

Ao nível do risco de concentração de crédito, a CCAML tem adoptado uma política de restrição a grandes operações de crédito, atendendo ao número e ao volume de contratos realizados, permitindo fazer um acompanhamento próximo das maiores exposições. É efectuada uma avaliação regular a concentrações individuais e sectoriais. Para tal, é elaborado o Relatório Sobre o Risco de Concentração da Crédito, nos termos da Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal. A posição da carteira da CCAML, nos vários sectores de actividade económica, está alinhada com os valores de referência nacionais, sem divergências que representem um acréscimo substancial de risco.

Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro é inerente à actividade financeira, manifesta-se quando ocorre uma variação da taxa de juro e existe divergência entre as maturidades de revisão das taxas entre activos e passivos, diminuindo a rendibilidade ou aumentando o custo financeiro.

Para o acompanhamento e controlo deste Risco, é efectuada regularmente uma análise do impacto medido, é efectuada uma medição regular, adoptando uma metodologia na margem financeira e nos fundos próprios, de cenários de variação de taxa de juro sobre os *gaps* (diferencial entre activos e passivos), obtidos através da agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro, de todos os activos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro. A realização destas análises permite efectuar uma gestão ponderada das taxas de juro.

No final de 2012, o impacto nos fundos próprios e na margem dos juros, apontam para uma situação financeira equilibrada (6% de impacto, a um ano, na margem financeira de uma variação na taxa de juro de 200 pontos base), mantendo valores muito próximos aos registados em anos anteriores, para as alterações nas taxas de juro.

Em 2012 inverteu-se a tendência de crescimento das taxas de juro, para as operações passivas, registadas em anos anteriores, em resultado de uma intervenção das entidades de supervisão, penalizando, sob a forma de requisitos de capital, a aplicação de taxas mais elevadas, e devido a uma melhoria das condições de financiamento das instituições junto do BCE e do mercado. Se por um lado esta alteração contribui para uma redução dos custos do *funding*, por outro reduz a remuneração das aplicações da CCAML, aumentando a pressão sobre a margem financeira. Ao nível das taxas aplicadas às operações activas assistiu-se a uma redução do valor do indexante para valores históricos, penalizando as remunerações de operações mais antigas (com *spreads* mais baixos).



Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez manifesta-se sempre que existe um desfasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, em resultado da natureza, volatilidade e maturidade dos mesmos, gerando dificuldades em cumprir com os compromissos assumidos, nas datas acordadas.

Para o seu acompanhamento e controlo é efectuada uma medição mensal, através da análise dos prazos residuais de maturidades dos diferentes activos e passivos do Balanço e dos *Mismatches* e liquidez, tanto do período como acumulados, com o reporte efectuado ao Banco de Portugal.

GAPS DINÂMICOS DE POSIÇÃO DE LIQUIDEZ EM 31 DE DEZEMBRO

		(milhares de euros)				
Posições à data de referência + Valores Provisionais		Intervalos Temporais				
		À vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
<i>Mismatches</i> Acumulados	2011	15.330	26.936	74.402	63.775	54.634
	2012	-423	10.489	54.096	60.041	36.313

A CCAML apresenta uma estrutura de recursos que lhe permite uma gestão das disponibilidades, adequada aos *Mismatches* entre os prazos dos activos e passivos existentes, assegurando uma eficiente gestão da tesouraria, e de forma a prosseguir com uma política de estabilização dos recursos dos clientes.

Os indicadores de liquidez evidenciam uma estrutura financeira “desalavancada”, apresentando um rácio de crédito sobre depósitos, determinado, em Dezembro, em conformidade com a Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal, no valor de 38,1%, (valor significativamente abaixo do limite de 120%, imposto pelas entidades de supervisão para as Instituições de Crédito).

Risco Operacional

O Risco Operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal, dos sistemas internos ou de acontecimentos externos. Sendo um risco primordial em qualquer organização, assume particular importância pela complexidade das operações realizadas e pela dependência que gera junto dos clientes, com repercussões ao nível da reputação, assumindo-se como um risco materialmente relevante.

A gestão do risco operacional na CCAML encontra-se integrada no sistema de controlo interno e é transversal a toda a organização, sendo assegurada pela intervenção das seguintes unidades de estrutura e funções com responsabilidades específicas neste processo:

- Departamento de Operações Gerais - Através do desenvolvimento e manutenção das operações gerais;
- Departamento de Informática - Através do desenvolvimento e manutenção dos serviços informáticos de suporte, ao nível dos equipamentos e da estruturação e manutenção dos sistemas de informação;
- Gabinete de Organização Planeamento e Continuidade de Negócio – Através da coordenação de procedimentos e da dinamização do processo de gestão da continuidade de negócio;
- Serviço de Segurança - Através dos serviços de manutenção e segurança dos edifícios;
- Chefes de projecto – A quem compete o papel de dinamizador de processos;
- Gabinete de Gestão de Risco – Através da identificação, avaliação e monitorização dos riscos e dinamização de processos de controlo;
- Conselho de Administração e Gabinete de Auditoria Interna na função de controlo interno através da dinamização e acompanhamento de acções de mitigação de risco operacional, de sistemas de informação e *Compliance*.



Encontra-se implementado um sistema de identificação, avaliação e recolha descentralizada de informação sobre eventos de risco operacional, que em 2012 registou 134 comunicações. Os eventos com maior frequência e maior severidade estão relacionados com a gestão de processos, no entanto, não se registaram ocorrências individuais ou eventos conjuntos que tenham causado perdas materialmente relevantes.

Distribuição do tipo de eventos por frequência:

Execução, entrega e gestão de processos	65%
Fraude Externa	16%
Perturbação das actividades comerciais e falhas do sistema	11%
Outros	8%

Ao nível do Plano de Continuidade de Negócio, em 2012, prosseguiram os trabalhos de dinamização do Plano para reforço da capacidade de resiliência a eventos susceptíveis de perturbar o normal exercício da actividade. Foram desenvolvidas acções para reforço dos mecanismos de contingência estabelecidos, nomeadamente ao nível da instalação e realização de testes a equipamentos passivos, reforço das políticas de contingência para os recursos humanos, em particular no que respeita à implementação de medidas preventivas visando a minimização da dependência funcional, aumentando o número de colaboradores com competência para a realização das funções mais críticas, inventariação de equipamentos não informáticos relevantes para a contingência, realização de testes e a divulgação dos procedimentos estabelecidos, através de acções de formação.

Os Requisitos regulamentares de Capital para o Risco Operacional são determinados a partir do Método do Indicador Básico, definido pelo Aviso n.º 9 de 2007 do Banco de Portugal. Em Dezembro registava-se um crescimento nas necessidades mínimas de capital de 12%, relativamente a idêntico período no ano anterior, que resulta, essencialmente, da aplicação do modelo que, por influência dos valores mais favoráveis que concorrem para o Indicador Relevante.



8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS

8.1 – Dimensão

Da análise e interpretação dos indicadores de dimensão da tabela infra, podemos concluir que a dimensão da CCAML, em relação a alguns indicadores, tem vindo a consolidar-se. O número de terminais de pagamento automático instalados pela CCAML cresceu 21,52 por cento face ao ano de 2011.

Em relação ao número de trabalhadores e de Caixas Automáticas verificou-se uma redução em 1 unidade cada, mantendo-se inalterada o número de agências. As contas de depósito à ordem activas, inversamente ao verificado nos últimos 5 anos, registaram uma redução, face ao ano de 2011, de 169 contas D. O. activas.

INDICADORES DE DIMENSÃO	Unidade	2012	2011	2010
Activo líquido do balanço	mil euros	415.309	395.205	406.157
Activo líquido médio	mil euros	406.330	395.226	408.844
Recursos próprios do balanço	mil euros	57.457	41.063	46.212
Recursos próprios médios	mil euros	52.763	39.912	45.844
Número de trabalhadores	unidades	103	104	103
Agências	unidades	16	16	16
Contas de D.O. activas	unidades	44.097	44.266	44.021
Caixas Automáticas	unidades	21	22	22
Terminais pagamento automático	unidades	288	237	226

8.2 – Área de Meios

8.2.1 – Recursos humanos

8.2.1.1 – Quadro de pessoal

No exercício de 2012, o quadro de pessoal da CCAML, face ao ano de 2011, registou a saída de duas unidades e uma única admissão. Quanto às saídas, uma deveu-se a passagem à situação de reforma e a outra em consequência de procedimento disciplinar.

Em 31 de Dezembro de 2012, a CCAML tinha ao seu serviço 103 colaboradores.

8.2.1.2 – Formação

A CCAML atingiu o fim do primeiro grande desafio do Gabinete de Formação referente ao triénio 2010-2012, traduzindo também o enquadramento do Código do Trabalho (art. 35º), tendo sido anos de muita aprendizagem, quer para o gabinete e formadores internos, quer, com certeza, para os restantes colaboradores. Ao longo do triénio foram promovidas 106 acções de formação, num total de 11.300 horas de formação, distribuídas no seguinte quadro-resumo:

Ano	Acções
2010	28
2011	31
2012	47



Lista de acções de formação realizadas em 2012:

Acção / Formação EXTERNA	Colaboradores envolvidos	Horas
Análise Económico-Financeira de Empresas	4	21
Orçamento do Estado para 2012 & Encerramento de contas de 2011	6	8
Qualidade no Atendimento	1	14
Novo Acordo Ortográfico	34	2
Certificação PME - sessão esclarecimentos	2	4
Suporte Básico Vida	58	7
Sigilo Bancário	2	6
Higiene Segurança Trabalho - Trabalhador designado	1	35
Avaliação Imobiliária	2	90
Conhecimento da Nota de Euro	27	4
Seguros de Automóvel e de Máquinas Agrícolas	1	7
Módulo <i>Standing Facilities</i>	1	2
Utilização do <i>SHEME MB SPOT</i> na rede TPA	1	7
Fraude e Auditoria Interna	1	14
Conferência "O Direito do Trabalho"	21	3
<i>Workshop</i> "Primeira intervenção com Extintores"	34	3
Congresso Anual <i>Smart Cards</i>	1	--
Análise de Balanços e Outras Demonstrações Financeiras	1	17
Gestão do risco em Basileia II e III	2	14
Código de Insolvência - Alterações ao IMI	7	8
Seminário Técnico - Reporte Recirculação notas e moedas	1	3
Alterações ao Código do Trabalho	2	4
Contratos e Garantias do Crédito	2	12
Análise Económico-Financeira de Empresas	4	21
Contab. orçamental lei compromissos adm. pública; Alterações ao Cód. Trabalho e aplicação prática	4	8
Curso de Mediador Ligado	3	80
Sistema Operativo (<i>Cogen</i>) e Aplicações	1	14
Secretariado de Direcção (nível 3)	3	12
Análise Risco Crédito	4	21
<i>Anti-Money Laundering & Counter-Terrorism Financing</i>	1	7
Alterações ao Código do IVA	4	5
Avaliação de Empresas	1	16
Orçamento de Estado para 2013 e Alterações ao IVA	1	7
Análise de Investimentos e Gestão de Carteira	1	14
Seminário: O Código do Trabalho - principais alterações	1	7
Crédito à Habitação	2	4
Orçamento Estado 2013	2	3



Acção / Formação INTERNA	Colaboradores envolvidos	Horas
Plano Acção Cartão Unibanco	75	1
A Classificação do crédito em Renegociado, Renegociado para CRC e Reestruturado	26	2
Gestão de Riscos	26	2
Plano de Continuidade de Negócio	21	1,0
Sessão Esclarecimentos CA Saúde Medis	19	1,5
Departamento Operações Gerais (formação interna)	3	14
Análise de Crédito (formação interna)	3	14
Digitalização	47	1
Crédito Habitação - Impacto Novas Regras	23	1,5
PERSI (Procedimento Extrajudicial de reg. de situações incumprimento)	26	1,5

A formação foi ministrada, quer por formadores internos dos próprios serviços da CCAML, quer por entidades externas, nomeadamente:

Por colaboradores Internos:

- Processo de Abertura de Conta; Correio Electrónico e Gestão Documental; CCAM de Leiria On-Line Empresas; Seguros de Automóvel e de Máquinas; Plano Acção Cartão Unibanco Gestão de Riscos; A Classificação do crédito em Renegociado, Renegociado por CRC e Reestruturado; Sessão Esclarecimentos CA Saúde Medis; Plano Continuidade Negócios; Departamento operações Gerais; Análise de Crédito; Digitalização; Crédito Habitação (novas regras) e PERSI.

Por entidades Externas:

- Polícia Judiciária: Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo;
- *Segurmet*: Higiene e Segurança;
- *E-Learning* via Instituto de Formação Bancária (IFB): Conhecimento da moeda de euro;
- Banco de Portugal: Conhecimento da nota de euro;
- Bombeiros Voluntários da Maceira: Utilização de extintores.

No ano de 2012, deu-se o início do projecto de formação por sectores (*on-the-job*), que começou no Departamento de Operações Gerais e na Análise de Crédito e que se pretende dar continuidade no futuro.

8.2.2 – Recursos tecnológicos e informáticos

A área de Recursos tecnológicos e informáticos, tem-se assumido como um departamento chave nas instituições de crédito, crescendo a tendência para a desmobilização da presença física dos clientes aos balcões em contrapartida de cada vez maior adesão à banca virtual (*homebanking*, *netbanking*, ou outros canais de distribuição similares).

Neste contexto, é exigido às Instituições de Crédito a utilização de recursos tecnológicos e informáticos de ponta e do mais actualizado existente no mercado, de forma a aumentar a segurança dos activos dos clientes e da própria Instituição, contra os potenciais ataques de intrusão ao sistema central ou ao sistema de banca remota.

As constantes mutações neste segmento, as imposições legais exigidas, a procura continua de melhorias internas e soluções mais fiáveis de operacionalidade, são as razões que obrigam, a que em todos os anos, seja necessário despendar consideráveis investimentos neste âmbito.



No ano de 2012 merecem menção e destaque, os seguintes:

- Adaptação/melhoramento dos módulos aplicativos de diversas áreas, por imposições legais, nomeadamente:
 - Transferências (SEPA/PS2/Débitos directos);
 - Processamento de crédito, meios de pagamento e compensação (cheques);
 - Provisões económicas;
 - Central de Risco de crédito (CRC);
 - Estatísticas – para envio de ficheiros para a SIBS;
 - Contas de depósito à ordem – SAFT;
 - Seguros;
 - Clientes – Grupos económicos;
- Actualizações do módulo/solução *HomeBanking*;
- Para cumprimento de normativos do órgão regulador, criação e implementação de BCB - Modelo de comunicação ao Banco de Portugal das contas do sistema bancário e C2B – prestação de serviços a clientes;
- Para cumprimento de normativos do órgão regulador, aquisição de novos módulos de *Software* – Simulador de crédito habitação;
- Em relação à aquisição de hardware e comunicações, destacam-se:
 - a) Aquisição de plataforma *SIP TRUNK* – Processo de portabilidade Voz Fixa (SIP indicativo 244 e 249) e respectivos servidores (2) de Voz DELL *PowerEdge R310* de suporte;
 - b) Aquisição de Sistema Ambiental *NETBOZ* para o controlo do ambiente do *Datacenter* Informático principal;
 - c) Aquisição de servidor *DELL POWEEDGE PE – 6600* para utilizar como *backup* da máquina do Servidor principal;
 - d) Aquisição de computador portátil *DELL LATITUDE E5520* para equipar o secretariado da FCAL;
 - e) Aquisição de 50 novas *Workstations*/postos de trabalho (computador *DELL Optiplex 790 DT*) para renovação de todos os postos de trabalho mais antigos que não cumpriam os requisitos de funcionalidade;
 - f) Aquisição de nova unidade de alimentação UPS, para instalar nas novas instalações da agência de Colmeias.

8.2.3 – Meios de pagamento

A prestação de Serviços de Pagamento em 2012, através dos canais electrónicos disponibilizados pela CCAML, continuou a registar níveis de crescimento significativos, reveladores da procura ainda crescente por parte dos clientes pelas soluções existentes e do esforço de dinamização efectuado em torno da promoção destes meios, como forma de aumentar a rapidez e eficiência na realização das operações financeiras.

A emissão de cartões bancários registou um crescimento de 2,5 por cento (acima do crescimento do mercado, 1,1 por cento), em resultado, principalmente, de um aumento de 2,0 por cento no número de cartões de débito activos (acompanhando, de perto, o crescimento do mercado).

O número de cartões de crédito, que resultam da parceria existente com a Unicre, S.A., através da emissão de cartões Unibanco com a marca da CCL, registou um crescimento de 31,8 por cento, representando, ainda assim, um volume ainda pouco expressivo na carteira de cartões da CCAML, relativamente a posições existentes no mercado por outras instituições.

Relativamente aos terminais de pagamento e levantamento, registou-se um crescimento de 21,5 por cento (contra um decréscimo de 5,2 por cento, na rede da SIBS) no número de Terminais de Pagamento Automático (TPA) e a diminuição de um Caixa Automático (situado em Memória), não tendo ocorrido nenhuma nova instalação. O volume de transacções em Caixa Automático, ainda assim, registou um crescimento de 4,0 por cento.



O “Serviço CCAML On-Line” mantém e reforça a tendência de expansão registando um crescimento de 29 por cento no número de contratos, acompanhada de níveis de crescimento relevantes ao nível da utilização. Em 2012, foram efectuados, aproximadamente, 200.000 acessos ao serviço de *home-banking*, crescendo 50 por cento relativamente a 2011, registando-se um crescimento de 52 por cento no número de consultas de saldos e movimentos e de 41 por cento no número de transacções financeiras.

Ao nível dos serviços electrónicos prestados à distância, de referir ainda, um importante crescimento (93 por cento) no número de adesões ao Extracto Electrónico. Este serviço, ao emitir mais de 20.000 documentos electrónicos, permite uma importante economia de recursos e de poupança ambiental, além do aumento da eficácia na prestação da informação sobre os movimentos das contas, na redução do número de cadernetas a actualizar ou extractos a imprimir e a expedir por correio.

Relativamente aos Débitos directos, em 2012, registou-se um crescimento de 9,6 por cento no número de autorizações introduzidas e de 2,8 por cento no número de registos processados.

9. ÁREA SOCIAL

A CCAML em 2012 alcançou um universo de 12.659 associados, registando o seguinte movimento:

Sócios em 31 de Dezembro de 2011	12 721
Sócios admitidos no ano de 2012	36
	<hr/>
	12 757
Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2012	70
Sócios falecidos e excluídos no ano de 2012	28
	<hr/>
Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2012	12 659



10. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

10.1 – Análise e decomposição dos resultados

Em 2012, a CCAML alcançou, após a dedução dos impostos, um Resultado líquido do exercício de 4.209 milhares de euros, a que corresponde uma variação negativa de 17,79 por cento, face ao ano de 2011, contudo bastante favorável relativamente ao ano de 2010 (+ 48,1 por cento).

Os maiores impactos negativos decorreram, essencialmente, da evolução desfavorável, face a 2011, da Margem Financeira (- 1.671 milhares de euros) e da rubrica Outros resultados de exploração (- 181 milhares de euros).

DISCRIMINAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

(milhares de euros)

Impacto positivo		Impacto negativo	
Origem	Valor	Origem	Valor
Resultados de serviços e comissões	10	Margem financeira	1.671
Provisões p/ riscos gerais de crédito, líquidas reposições e anulações	73	Outros resultados de exploração	181
Provisões p/ crédito cobrança Duvidosa e crédito vencido, líquidas de reposições e anulações	1.074	Outros resultados	62
		Gastos com pessoal	49
		Gastos gerais administrativos	84
		Amortizações do exercício	54
		Imparidade de outros activos	87
TOTAL	1.157	TOTAL	2.188

Variação = -1.031

De seguida, é analisado, individualmente, o comportamento de cada variável (com impacto positivo ou negativo) que influencia a formação do Resultado de exploração antes de impostos, apresentando uma variação global desfavorável de 1.031 milhares de euros.

Variáveis com impacto positivo:

- O saldo líquido, dos rendimentos e dos encargos de serviços e comissões, apresentou uma variação favorável de 10 milhares de euros, face a 2011;
- A conta que integra os movimentos de provisões líquidas para riscos gerais de crédito registou um decréscimo de 73 milhares de euros;
- A conta que integra os movimentos de provisões líquidas para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, registaram um decréscimo de 1.074 milhares de euros.

Variáveis com impacto negativo:

- A Margem financeira, resultante da diferença entre os juros e rendimentos similares recebidos e os juros e os encargos despendidos, foi menos expressiva face ao exercício anterior, em 1.671 milhares de euros, contribuindo negativamente para a variação alcançada;
- Os Gastos com o pessoal obtiveram um crescimento ligeiro de 49 mil euros;



- Os Gastos gerais administrativos registaram um crescimento do saldo em 84 mil euros, face ao exercício anterior, todavia, dentro das previsões do Plano;
- As amortizações registaram um crescimento de 54 mil euros;
- A rubrica de Outros resultados de exploração registou um decréscimo de 181 milhares de euros, face ao ano anterior;
- O agregado de Outros resultados viu decrescer o seu saldo em 62 milhares de euros, tendo contribuído em grande parte para este resultado desfavorável, a variação negativa dos Resultados de alienação de outros activos (que diminuíram 42 mil euros);
- As imparidades de activos não financeiros cresceram 87 milhares de euros.

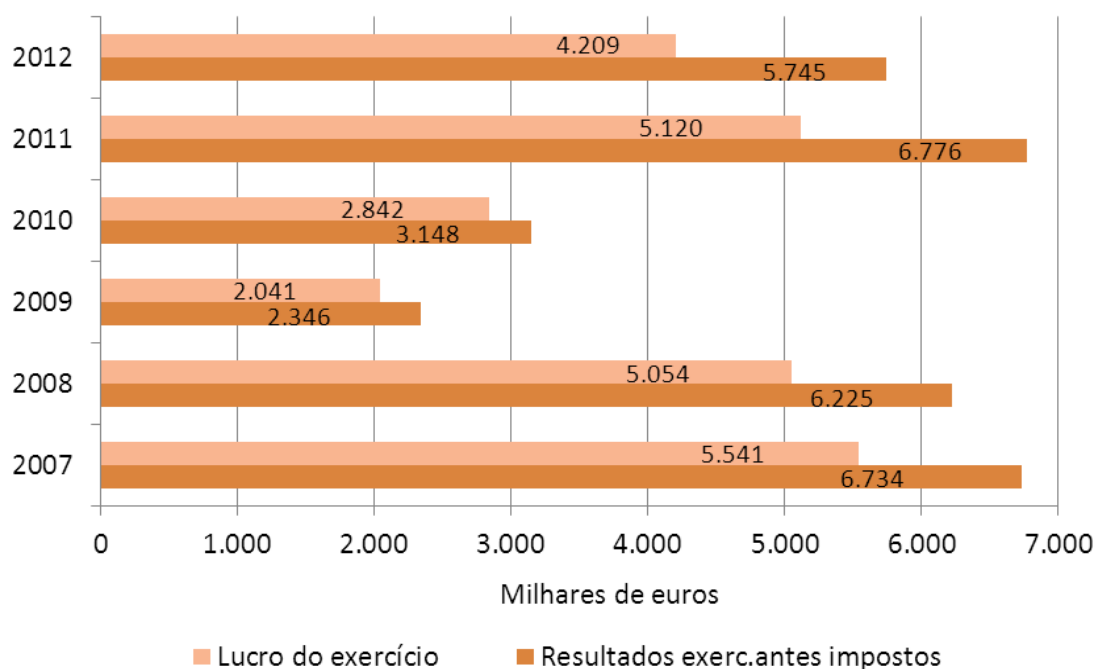
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

(milhares de euros)

Rubricas	2012	2011	Variação	
			Valor	%
1 Juros e rendimentos similares	18.313	18.546	-233	-1,26
2 Juros e encargos similares	5.406	3.968	1.438	36,24
3 MARGEM FINANCEIRA (1-2)	12.907	14.578	-1.671	-11,46
4 Rendimentos de instrumentos de capital	15	15	0	0,00
5 Rendimentos de serviços e comissões	1.266	1.210	56	4,63
6 Encargos com serviços e comissões	340	294	46	15,65
7 Resultados activos e passivos avaliados ao justo valor através resultados	0	0	0	-
8 Resultados activos financeiros disponíveis p/ venda	-26	1	-27	-2700,0
9 Resultados de reavaliação cambial	16	9	7	77,60
10 Resultados de alienação de outros activos	-83	-41	-42	102,44
11 Outros resultados de exploração	204	385	-181	-47,01
12 PROD. BANCÁRIO EXPLORAÇÃO (3+4+5-6+7+8+9+10+11)	13.959	15.863	-1.904	-12,00
13 Gastos com o pessoal	4.334	4.285	49	1,14
14 Gastos gerais administrativos	2.030	1.946	84	4,32
15 GASTOS ADMINISTRATIVOS (13+14)	6.364	6.231	133	2,13
16 RESULTADO OPERACIONAL (12-15)	7.595	9.632	-2.037	-21,15
17 Amortizações do exercício	723	669	54	8,14
18 Provisões líquidas de reposições e anulações	-56	17	-73	-430,57
19 Reposição e anulação de provisões	448	1.522	-1.074	-70,58
20 Imparidade outros activos financeiros, líquidos de reversões e recuperações	0	0	0	-
21 Imparidade outros activos, líquida reversões e recuperações	735	648	87	13,45
22 RESULT. EX. ANTES DE IMPOSTOS (16-17-18-19-20-21)	5.745	6.776	-1.031	-15,22
23 Impostos correntes	2.179	2.024	155	7,67
24 Impostos diferidos	-643	-368	-275	74,73
25 LUCRO DO EXERCÍCIO (22-23-24)	4.209	5.120	-911	-17,79



RESULTADOS DO EXERCÍCIO



Os juros e rendimentos similares recebidos são formados na quase totalidade pelos juros recebidos, da remuneração das Aplicações em OIC (cerca de 54 por cento) e dos créditos concedidos a clientes (cerca de 31 por cento), enquanto que os juros e encargos dispendidos são formados essencialmente pelos juros pagos referentes à remuneração dos recursos dos clientes (absorvendo cerca de 97 por cento).

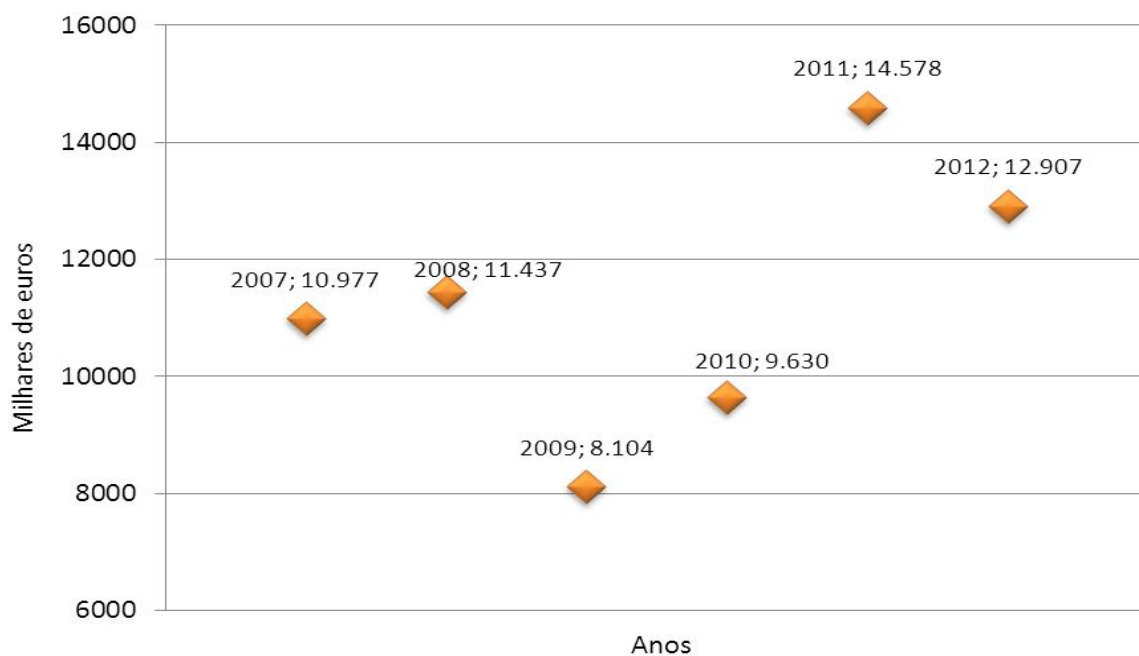
FORMAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

(milhares de euros)

Rubricas	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros recebidos, das quais:	18.313	100,00	18.546	100,00	-233	-1,26
Aplicações em OIC's	9.850	53,79	9.730	52,47	120	1,23
Crédito a clientes	5.680	31,02	5.985	32,27	-305	-5,10
Juros de crédito vencido	316	1,73	193	1,04	123	63,82
Juros e rendi/ similares outros activos Financeiros	2.467	13,46	2.638	14,22	-171	-6,47
Juros pagos, das quais:	5.406	100,00	3.968	100,00	1.438	36,24
Recursos de clientes	5.255	97,20	3.791	95,55	1.464	38,62
Outros	151	2,80	177	4,45	-26	-14,69
MARGEM FINANCEIRA	12.907	0,00	14.578	0,00	-1.671	-11,46



EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA



FORMAÇÃO DAS COMISSÕES

(milhares de euros)

Rubricas	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Comissões recebidas, das quais:	1.266	100,00	1.210	100,00	56	4,63
Por garantias prestadas	80	6,34	66	5,45	14	21,21
Por serviços prestados	997	78,76	959	79,26	38	3,96
Por operações realizadas p/ conta de terceiros	158	12,48	154	12,73	4	2,60
Outras comissões	31	2,42	31	2,56	0	0,00
Comissões pagas, das quais:	340	100,00	294	100,00	46	15,65
Por serviços bancários de terceiros	333	97,94	270	91,57	63	23,33
Outras comissões pagas	7	2,06	24	8,43	-17	-70,83
COMISSÕES LÍQUIDAS	926	0,00	916	0,00	10	1,09



10.2 – Produto bancário

No ano de 2012, o produto bancário ascendeu a 13,959 milhões de euros e situou-se abaixo do montante registado no ano anterior, em 15.863 milhões de euros (- 12 por cento), no entanto, situou-se acima do produto bancário registado nos anos de 2009 e 2010, em 4.520 e 2.965 milhões de euros (a que corresponde crescimentos de 47,89 e 26,97 por cento, respectivamente), tendo contribuído para esta variação, essencialmente, a margem financeira, com uma queda de 1.671 milhões de euros (- 11,46 por cento), face a 2011 e com um crescimento de 3.277 milhões de euros (+ 34,03 por cento), face a 2010.

PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO



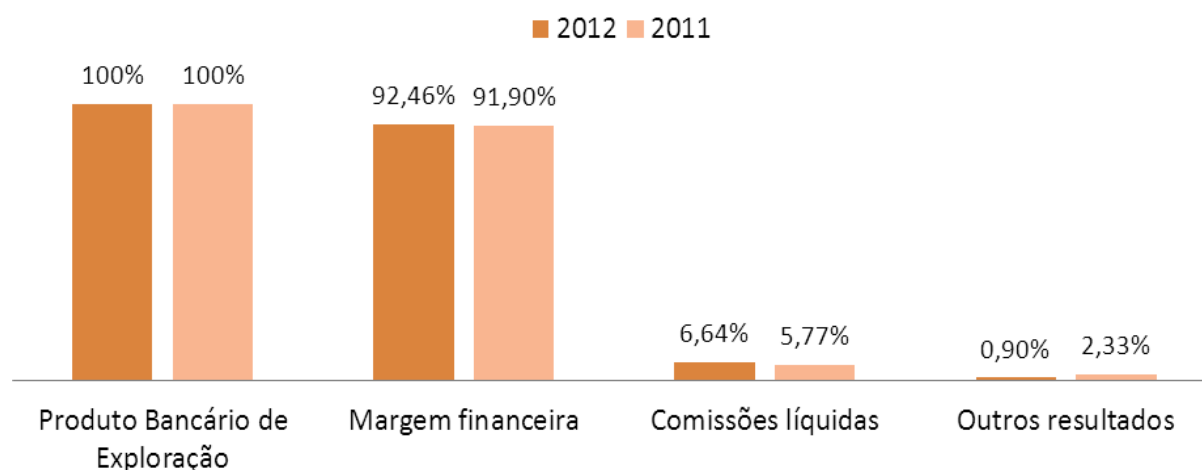
Apesar dos condicionalismos resultantes da conjuntura económica e financeira mundial, em 2012, foi possível apurar uma margem financeira de 12.907 milhares de euros, a que corresponde uma parcela de 92,46 por cento da formação total do produto bancário de exploração, contra 6,64 pontos percentuais referente às comissões líquidas e 0,9 em relação aos Outros resultados.

FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem financeira	12.907	92,46	14.578	91,90	-1.671	-11,46
Comissões	926	6,64	916	5,77	10	1,09
Outros resultados	126	0,90	369	2,33	-243	-65,85
PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO	13.959	100,00	15.863	100,00	-1.904	-12,00



FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO



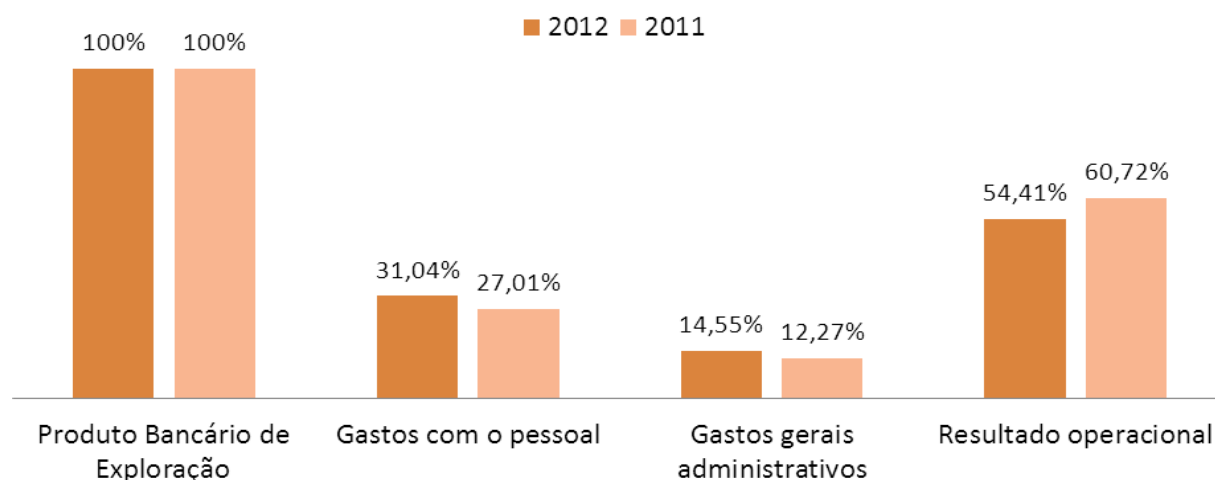
Pela perspectiva de aplicação/distribuição do produto bancário, constata-se que, tal como no ano de 2011, a rubrica Resultado operacional é a que regista em 2012 o maior peso com 54,41 por cento face aos 60,72 do ano anterior, seguindo-se a rubrica Gastos com pessoal com 31,04 por cento (27,01 em 2011) e, finalmente, a rubrica Gastos gerais administrativos com 14,55 por cento (12,27 em 2011).

APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	4.334	31,04	4.285	27,01
Gastos gerais administrativos	2.030	14,55	1.946	12,27
Resultado operacional	7.595	54,41	9.632	60,72
PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO	13.959	100,00	15.863	100,00

APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO





10.3 – Eficiência

A CCAML em 2012, embora mantendo a prática de políticas de gestão sã, diligentes e seguras, em linha com os objectivos delineados de melhoria da eficiência interna, obteve um rácio *cost-to-income*, medido pelo peso dos gastos operacionais no produto bancário, de 50,77 por cento, face aos 43,50 por cento, verificados no período homólogo anterior, evidenciando uma perda de eficiência de 7,27 por cento, influenciada pela evolução das rubricas que integram este cálculo, afectada pelas razões já apontadas e que abaixo melhor se discriminam.

CÁLCULO DO RÁCIO DE EFICIÊNCIA TOTAL (*cost-to-income*)

	Unidade	2012	2011
Gastos com o pessoal	mil euros	4.334	4.285
Gastos gerais administrativos	mil euros	2.030	1.946
Amortizações do exercício	mil euros	723	669
Gastos de funcionamento (A)	mil euros	7.087	6.900
Produto bancário (C)	mil euros	13.959	15.863
RÁCIO COST-TO-INCOME (A/C)	%	50,77	43,50

EFICIÊNCIA RELATIVA

Rácios	2012	2011	(em percentagem)	
			Variação	
			Valor	em %
1. Gastos com pessoal / Produto bancário exploração	31,05	27,01	4,04 p.p.	14,96
2. Gastos gerais administrativos / Produto bancário exploração	14,54	12,27	2,27 p.p.	18,50
3. Amortizações do exercício / Produto bancário exploração	5,18	4,22	0,96 p.p.	22,75
4. RÁCIO COST-TO-INCOME (1+2+3)	50,77	43,50	7,27 p.p.	16,71

A perda de eficiência resultou do contributo determinante do decréscimo do produto bancário de exploração em 1.904 milhares de euros (- 12 por cento face a 2011) e do acréscimo ligeiro da rubrica de Gastos de funcionamento ou de estrutura em 2,71 por cento em relação a 2011 (+ 187 milhares de euros), aumentando assim, o montante necessário de libertação do produto bancário para fazer face aos custos de estrutura da instituição, traduzindo-se no agravamento do resultado operacional.



EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA

(milhares de euros)

Contas	2012	2011	Variação	
			Valor	%
1. Gastos com pessoal	4.334	4.285	49	1,14
Remuneração de órgãos de gestão e fiscalização	350	366	-16	-4,37
Remuneração de empregados	3.013	2.887	126	4,36
Encargos sociais obrigatórios	897	935	-38	-4,06
Outros custos com pessoal	74	97	-23	-23,71
2. Gastos gerais administrativos	2.030	1.946	84	4,32
Fornecimento de terceiros	224	315	-91	-29,00
Rendas e alugueres	25	25	0	0,00
Comunicações	264	253	11	4,35
Deslocações, estadas e representações	52	56	-4	-7,14
Publicidade e edição de publicações	48	106	-58	-54,72
Conservação e reparação	287	113	174	153,98
Transportes	17	18	-1	-5,56
Formação de pessoal	18	24	-6	-25,00
Seguros	28	33	-5	-15,15
Serviços especializados	921	827	94	11,37
Outros serviços de terceiros	146	176	-30	-17,06
3. Amortizações do exercício	723	669	54	8,14
Imóveis	235	170	65	38,24
Equipamento	307	317	-10	-3,15
Software	181	182	-1	-0,55
4. TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA	7.087	6.900	187	2,71
5. PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO	13.959	15.863	-1.904	-12,00
Margem financeira	12.907	14.578	-1.671	-11,46
Resultado de comissões e de outros	1.052	1.285	-233	-18,13
6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5)	50,77%	43,50%	7,27 p.p.	16,71

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO/PRODUTIVIDADE	Unidade	2012	2011
Activo líquido / n.º de trabalhadores	mil euros	4.032	3.800
Custos administrativos / activo líquido	%	1,53%	1,58%
Depósitos / N.º trabalhadores	mil euros	3.338	3.258
Gastos com pessoal / Recursos alheios	%	1,26%	1,26%
Produto bancário Exploração / n.º trabalhadores	mil euros	136	153
Volume de negócios / n.º trabalhadores	mil euros	7.319	6.970
Crédito a clientes / Recursos de clientes	%	42,91%	45,58%
Total de trabalhadores / N.º balcões	em n.º	6,4	6,5

O aumento do volume de negócios e a redução de um colaborador face ao ano de 2011, conduziram à melhoria da maioria dos indicadores de funcionamento e de produtividade, com destaque para a produtividade do trabalho, em que o activo líquido por colaborador cresceu 232 milhares de euros, fixando-se nos 4.032 milhares de euros (+ 6,11 por cento); o aumento do volume de negócios por colaborador, que se fixou em 2012 em 7.319 milhares de euros; o incremento do total de depósitos por colaborador em 80 milhares de euros, alcançando 3.338 mil euros; e a redução do número de colaboradores médio por agência de 6,5 (em 2011) para 6,4 (em 2012).



10.4 – Rendibilidade

Os níveis de rendibilidade alcançados em 2012, na maioria dos indicadores, fixaram-se abaixo dos valores obtidos no período homólogo anterior, ou seja, a Rendibilidade do Activo (ROA) cifrou-se em 1,04 face aos 1,3 por cento (no entanto, + 0,34 por cento do que em 2010), a Rendibilidade do Capital (ROE) sofreu uma redução fixando-se em 7,98 por cento (- 4,85 pontos percentuais face a 2011 e + 1,78 por cento face a 2010) e o peso do Produto Bancário no Activo Líquido Médio fixou-se em 3,44 por cento (face aos 4,01 e 2,69 por cento alcançados em 2011 e 2010, respectivamente).

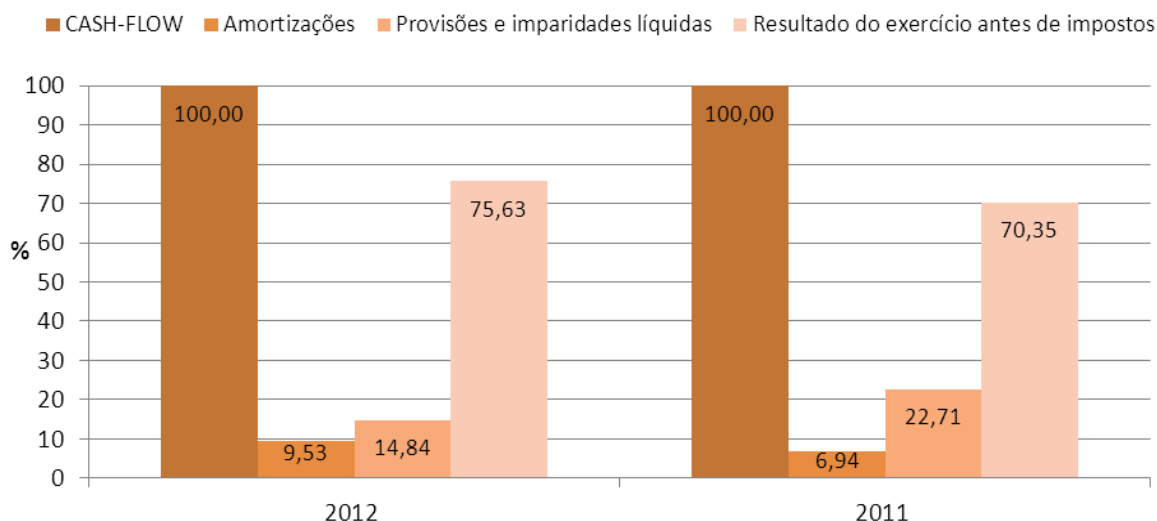
INDICADORES DE RENDIBILIDADE	Unidade	2012	2011
A. Margem de lucro (ml) = Resultados do exercício / Proveitos totais	%	18,71%	24,01%
B. Rendimento dos activos (ra) = Proveitos totais / Activo líquido médio	%	5,54%	5,39%
C. Rendibilidade do activo líquido (ROA) = (ml) x (ra)	%	1,04%	1,30%
D. Relação Activo líquido médio / Capitais próprios médios	n.º	7,70	9,90
E. Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) = C x D	%	7,98%	12,83%
F. Resultados antes impostos / Activo líquido médio	%	1,41%	1,71%
G. Produto bancário / Activo líquido médio	%	3,44%	4,01%
H. Resultados antes impostos / Capitais próprios médios	%	10,89%	16,98%

O *cash-flow* fixou-se em 2012 em 7.595 milhares de euros, correspondente a um decréscimo, face ao ano anterior, de 2.037 milhares de euros (- 21,15 por cento face a 2011 e + 52,08 por cento face a 2010), devendo-se essencialmente aos decréscimos registados nas rubricas de "Provisões e imparidades líquidas" e "Resultado do exercício antes de impostos" de cerca de 1.060 e 1.031 milhares de euros, respectivamente.

ESTRUTURA DO CASH-FLOW

Rubricas	2012		2011		(milhares de euros)	
	Valor	%	Valor	%	Variação	
Amortizações	723	9,53	669	6,94	54	8,14
Provisões e imparidades líquidas	1.127	14,84	2.187	22,71	-1.060	-48,47
Resultado do exercício antes de impostos	5.745	75,63	6.776	70,35	-1031	-15,22
CASH-FLOW	7.595	100,00	9.632	100,00	-2.037	-21,15

CASH-FLOW





11. INDICADORES PRUDENCIAIS

Os rácios de solvabilidade e da relação entre o imobilizado líquido e os fundos próprios evidenciam valores que cumprem largamente os valores de referência estabelecidos pelo órgão regulador.

Os restantes indicadores prudenciais analisados afiguram-se compatíveis e adequados às normas recomendadas pela entidade de supervisão.

INDICADORES PRUDENCIAIS	Unidade	2012	2011
Rácio de solvabilidade	%	18,58	22,36
Imobilizado líquido / fundos próprios	%	21,58	31,04
Provisões crédito / crédito e juros vencidos	%	77,12	91,26
Provisões para riscos gerais crédito / crédito concedido	%	0,91	0,91

Apesar da CCAML ter reforçado os Fundos próprios de base elegíveis em 4.285 milhares de euros (+ 7,81 por cento face a 2011), com o objectivo de manter adequados níveis de capital, reforçar a solidez e a sustentabilidade da instituição, prevendo e antecipando as incertezas que se vivem numa conjuntura propícia a maiores níveis de risco, viu os seus rácios de solvabilidade e *Core Tier 1* registar quebras de 3,78 e 3,82 por cento, mantendo-se, no entanto, nos confortáveis valores de 18,58 e 18,40 por cento (face aos 22,36 e 22,22 por cento de 2011, respectivamente) continuando e mantendo-se assim, um rácio core tier 1 superior ao limite mínimo exigido pela Entidade de Supervisão para 2012, de 10 por cento.

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS (a)

(milhares de euros)

Rubricas	2012	2011	Variação	
			Valor	%
Fundos próprios base elegíveis	59.169	54.884	4.285	7,81
Fundos próprios complementares elegíveis	1.712	1.767	-55	-3,11
Deduções	1.112	1.423	-311	-21,86
1. Fundos próprios elegíveis	59.769	55.228	4.541	8,22
2. Activos e elementos extrapatrimoniais ponderados	295.156	223.511	71.645	32,05
3. Requisitos de fundos próprios	25.731	19.764	5.967	30,19
4. Fundos próprios disponíveis (1-3)	34.038	35.465	-1.427	-4,02
5. RÁCIO DE SOLVABILIDADE (1 / (3 x 12,5))	18,58%	22,36%	-3,78 p.p.	-16,91

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (a)

(milhares de euros)

Rubricas	2012	2011	Variação	
			Valor	%
1. Fundos próprios de base	59.169	54.884	4.285	7,81
2. Requisitos de fundos próprios x (12,5)	321.638	247.050	74.588	30,19
3. Rácio de adequação dos Fundos Próprios base	18,40%	22,22%	-3,82 p.p.	-17,19
4. Rácio Core Tier 1	18,40%	22,22%	-3,82 p.p.	-17,19

a) De acordo com as determinações do Banco de Portugal (Instrução 16/2004)



12. ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL. (CCAML) é uma instituição de crédito, sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada, que rege a sua actividade de acordo com o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, tendo como âmbito territorial os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

Para além das disposições legais, estatutárias e das normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, todas as actividades desenvolvidas pela CCAML regem-se, também, pelo cumprimento das deliberações dos órgãos associativos e das normas internas.

O Normativo Interno é divulgado a todos os colaboradores através de um portal interno (intranet), estruturado por temas do qual faz parte integrante o Código de Conduta.

A informação financeira e prudencial, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, assim como informação de carácter Institucional, são divulgadas no sítio da Internet www.caixacreditoleiria.pt.

O modelo de governação da CCAML é composto pela Assembleia Geral, dirigida pela sua Mesa, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, que exercem funções com uma duração de mandato de três anos. O modelo prevê, ainda, a existência de um órgão com funções, predominantemente consultivas, denominado de Conselho Consultivo.

Em Dezembro de 2012, cumprindo com os preceitos regulamentares, foram efectuadas eleições que elegeram a composição da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e designado o Revisor Oficial de Contas, para o triénio 2013 a 2015.

O presente relatório reporta ao período de 2012, nomeadamente no que respeita à composição dos Órgãos Sociais e à Política de Remuneração, não obstante a menção existente às alterações efectuadas na sequência da nova eleição.

12.1 – Assembleia Geral

Conforme definido nos estatutos, compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger, suspender e destituir os titulares dos cargos sociais;
- b) Votar a proposta de plano de actividades e de orçamento da Caixa Agrícola para o exercício seguinte;
- c) Votar o relatório, o balanço e as contas do exercício anterior;
- d) Aprovar a fusão, a cisão e a dissolução da Caixa Agrícola;
- e) Aprovar a associação e a exoneração da Caixa Agrícola de organismos cooperativos de grau superior;
- f) Fixar a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da Caixa Agrícola;
- g) Decidir do exercício do direito de acção cível ou penal contra Administradores, gerentes, outros mandatários ou membros do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo ou da Mesa da Assembleia Geral;
- h) Decidir da alteração dos Estatutos.

Os membros da mesa da Assembleia Geral, à semelhança dos restantes membros dos órgãos sociais, são eleitos trienalmente em Assembleia Geral. As reuniões da Assembleia Geral são dirigidas pelo Presidente da Mesa, a qual é composta, para além do Presidente, por um Vice-Presidente e um Secretário:

Presidente: José Ribeiro Salgueiro

Vice-Presidente: Guilherme Alves da Silva

Secretário: Miguel Silva Henriques



12.2 – Conselho de Administração

Sem prejuízo do mais previsto nas leis e nos estatutos, compete ao Conselho de Administração:

- a) Administrar e representar a Caixa Agrícola;
- b) Elaborar, para votação pela Assembleia Geral, uma proposta de plano de actividades e de orçamento para o exercício seguinte;
- c) Elaborar, para votação pela Assembleia Geral, o relatório e as contas relativas ao exercício anterior;
- d) Adoptar as medidas necessárias à garantia da solvabilidade e liquidez da Caixa Agrícola;
- e) Decidir das operações de crédito da Caixa Agrícola;
- f) Fiscalizar a aplicação dos capitais mutuados;
- g) Promover a cobrança coerciva dos créditos da Caixa Agrícola, vencidos e não pagos;
- h) Organizar, dirigir e disciplinar os serviços.

A Administração da CCAML é exercida pelo Conselho de Administração, eleita trienalmente em Assembleia Geral, com mandato de 2010 a 2012, é constituída por cinco administradores, eleitos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e três Vogais:

Presidente: Mário Ferreira Matias

Vice-Presidente: Jorge Manuel Pereira Cova

Vogal: Ernestina Maria Lourenço Tavares Santos

Vogal: Adriano Silva Marques Ferreira

Vogal: António José Almeida Sequeira

12.3 – Conselho Fiscal

Sem prejuízo do disposto na lei e nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal:

- a) Acompanhar assiduamente a acção do Conselho de Administração, colaborando com ela quando para tanto for solicitado;
- b) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrita e documentação da Caixa Agrícola, verificando a existência de valores de qualquer natureza;
- c) Emitir pareceres sobre o relatório e contas da Caixa Agrícola e sobre a proposta de Plano de Actividades e de Orçamento;
- d) Zelar pela correcta aplicação das regras legais e estatutárias e das deliberações da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, enquanto órgão fiscalizador, é composto por três membros efectivos e um suplente. Dos membros efectivos, um assume a função de Presidente e os restantes de vogais:

Presidente: Oliveira de Jesus Soares

Vogal: Filipe José Cândido da Silva

Vogal: Alexandre Moura Valente

Suplente: Afonso Marcelino dos Santos



12.4 – Política de remuneração

12.4.1 - Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Para cumprimento da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, que estabelece o regime de aprovação e divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das entidades de interesse público, e nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 que, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, estabelece as regras a observar em matéria de Política de Remuneração, é divulgada e submetida à aprovação da Assembleia Geral a declaração sobre a política de remuneração.

A declaração sobre a política de remuneração resulta da proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia-Geral, respeitante ao mandato cessante, onde consta a composição discriminada das remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

“Declaração Sobre Política de Remuneração

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL. é uma cooperativa de crédito, fundada em 3 de Janeiro de 1915 e tem com área de acção os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

Nos primeiros 65 anos da sua existência, isto, é até 1980, os Órgãos Sociais foram constituídos exclusivamente por agricultores associados sem remuneração.

O crescimento da Instituição, a abertura de agências, o aumento do volume de negócio e o controlo das autoridades monetárias, recomendaram que a partir daquela data a Administração da CCAML passasse a ser feita por profissionais qualificados oriundos dos quadros da própria CCAML.

Em face ao antecedente a política de remuneração dos Órgãos Sociais da CCAML, considerando a Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e nos termos do n.º 2 do Artigo 12.º dos Estatutos, sobre a remuneração dos Órgãos Sociais, a política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da CCAML obedece aos seguintes princípios:

1.º A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é aprovada pela Assembleia-Geral, nos termos dos estatutos, não havendo recurso, nesta matéria, a consultores externos, nem à existência de uma Comissão de Remunerações, por não se considerar adequado face as características de dimensão, organização interna e natureza das actividades exercidas;

2.º A política de remuneração procura ajustar-se às características particulares da Instituição, nomeadamente face à sua forma jurídica, de âmbito regional, com um número limitado de operações autorizadas e de natureza não complexa e ao nível do apuramento das necessidades de capital e dos riscos associados. Assentando numa componente remuneratória fixa, entende-se ser a forma mais equilibrada de não incentivar o crescimento e a assunção excessiva de riscos;

3.º O desempenho do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é apreciado pela Assembleia-Geral, considerando a informação divulgada, e analisada pelos órgãos de fiscalização, sobre o desempenho económico e financeiro da Instituição, a informação prudencial sobre os riscos e o cumprimento das regras aplicáveis;

4.º A remuneração base é indexada ao Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo;



5.º A remuneração do Conselho de Administração é constituída por:

- a) Presidente – Remuneração do nível 18 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, acrescido de um subsídio de função fixo no valor de € 1.200,00;
- b) Vice-Presidente – Remuneração do Nível 17 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, acrescido de um subsídio de função fixo no valor de € 600,00;
- c) Vogais - Remuneração do Nível 17 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, acrescido de um subsídio de função fixo no valor de € 300,00;
- d) Os Administradores a quem for confiada a gestão corrente, nos termos do n.º 3 do Artigo 24º dos Estatutos, têm um acréscimo remuneratório correspondente a duas horas de isenção de horário de trabalho.

6.º A remuneração do Conselho Fiscal é constituída por:

- a) Presidente - A remuneração mensal corresponde a 20% do nível 18 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo;
- b) Vogais – A remuneração mensal corresponde a 20% do Nível 17 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo.

7.º As remunerações enunciadas, a exemplo do que sucede com a generalidade dos colaboradores da Instituição, são processadas com as seguintes regras:

- a) Todas as remunerações são processadas por 15 meses;
- b) O subsídio de almoço é pago em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal, ou seja, serão processadas apenas em 11 meses, por ano;
- c) As remunerações descritas nos pontos anteriores podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que for revisto o ACT.

8.º Inexistência de uma remuneração variável com base nos eventuais lucros da CCAML, fundamenta-se não só, na cultura da Instituição, que traduz os princípios expressos no Artigo 99º do regime Jurídico, aprovado pelo Decreto n.º 5219 de 8 de Janeiro de 1919, mas, ainda, e principalmente, porque se entendeu de elevado risco estimular quem iria beneficiar do crescimento que essencialmente seria pelo crescimento do crédito. A associação da remuneração ao desempenho, ao nível dos resultados, com uma ponderação da evolução dos rácios prudenciais e dos riscos associados, dependeria, quase na sua exclusividade, do crescimento do crédito, podendo, assim, comprometer a independência necessária à sua decisão e ser geradora de conflito de interesses;

9.º A política de remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo, nomeadamente, Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos, é estabelecida pelo Conselho de Administração, com os seguintes princípios:

- a) A remuneração assenta na sua componente fixa, garantindo a independência em relação ao desempenho financeiro das áreas financeiras onde exerce o controlo;
- b) A remuneração é estabelecida em função do nível e nas condições estabelecidas pelo Acordo Colectivo de Trabalho;
- c) A remuneração é processada por 15 meses;
- d) A avaliação do desempenho individual é efectuada pelo Conselho de Administração, baseada nos objectivos específicos relacionados com as funções exercidas, nomeadamente pelo cumprimento dos planos de actividades e de desenvolvimentos das funções traçados, independentemente do desempenho das áreas sob controlo."

Em conformidade com o n.º 2 do Artigo 12.º dos Estatutos, após a eleição dos novos Órgãos Sociais, em Dezembro de 2012, foi aprovada, em Assembleia Geral, uma nova proposta de remuneração, apresentada pelo Conselho de Administração, a vigorar durante o período do mandato de 2013 a 2015.



12.4.2 - Análise sobre a Política de Remuneração

Em cumprimento do disposto na alínea d) do ponto 24 do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho, apresenta-se abaixo uma análise sobre a Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, elaborado pelas funções de controlo:

“Relatório de avaliação à política de remuneração

1.º Considerando o enquadramento legal, nomeadamente o Código Cooperativo e o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, e nos termos dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL., a política de remuneração, dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, é aprovada pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral aprovou (por unanimidade) a proposta sobre a Política de Remuneração, onde vem discriminada a composição das remunerações dos órgãos sociais, cumprindo-se com o estabelecido quanto à necessidade da existência de uma política, formalmente documentada, e que esta seja aprovada pelo órgão societário competente;

2.º O Aviso do Banco de Portugal número n.º 10/2011 regula os princípios gerais em matéria de políticas e práticas de remuneração. A Política de Remuneração, revela-se ajustada, considerando o princípio da proporcionalidade, nomeadamente no que respeita à dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da actividade da instituição, à natureza e magnitude dos riscos e ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecido na CCAML, não obstante o facto da política aprovada em Assembleia Geral não contemplar uma componente variável da remuneração;

3.º Relativamente ao risco, nomeadamente ao nível da prevenção de uma assunção excessiva e imprudente de riscos e da consistência da política com a gestão do risco, liquidez e capital da CCAML, alinhada com os interesses de longo prazo da Instituição, a actual política, assentando exclusivamente na componente fixa, não contempla componentes variáveis que estimulem o crescimento e a assunção excessiva e incontrolada de riscos. Reflecte uma posição que não estimula o crescimento da actividade, e com ela dos riscos, por via da remuneração variável, não obstante das componentes variáveis poderem ser convertidas num instrumento de redução de risco. Os actuais níveis de liquidez e capital não reflectem a necessidade de reforçar esses mecanismos, revelando-se consentâneas com uma gestão sã e prudente.”

12.4.3 - Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais

Relativamente aos deveres de informação quantitativa sobre a Política de Remunerações, o quadro abaixo apresenta o valor discriminado, dos órgãos de administração e fiscalização, do montante anual bruto das remunerações auferidas.

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2012

Órgãos Sociais	Cargo	Remuneração
Conselho de Administração		
- Mário Ferreira Matias	Presidente	€ 67.006
- Jorge Manuel Pereira Cova	Vice-Presidente	€ 74.480
- Ernestina Maria Lourenço Tavares dos Santos	Vogal	€ 69.392
- Adriano da Silva Marques Ferreira	Vogal	€ 69.779
- António José Almeida Sequeira	Vogal	€ 49.007
Conselho Fiscal		
- Oliveira de Jesus Soares	Presidente	€ 9.358
- Filipe José Cândido da Silva	Vogal	€ 8.261
- Alexandre Moura Valente	Vogal	€ 8.266
- Afonso Marcelino dos Santos	Vogal (substituto)	€ 8.276



Em 2012, não se registaram alterações na composição dos órgãos sociais (a tomada de posse dos novos órgãos, eleitos em Dezembro, efectuou-se em Janeiro de 2013), nem se registaram admissões ou rescisões do contrato de trabalho, no quadro de colaboradores que exercem funções de controlo.

Em Dezembro de 2012 realizaram-se eleições para os órgãos sociais para o triénio 2013-2015, tendo sido eleitas listas que confirmam um Conselho de Administração com os mesmos elementos do triénio anterior, o mesmo acontecendo com o Revisor Oficial de Contas. No Conselho Fiscal o vogal substituto Afonso Marcelino Santos cedeu o seu lugar a Alexandre Moura Valente, tendo sido eleito como vogal Luís Heleno Cardoso. A mesa da Assembleia Geral passou a ser presidida por Guilherme Alves da Silva, que foi vice-presidente no mandato anterior, tendo sido eleitos como vice-presidente e secretário, respectivamente, os associados Artur Francisco e Adelino de Sousa.

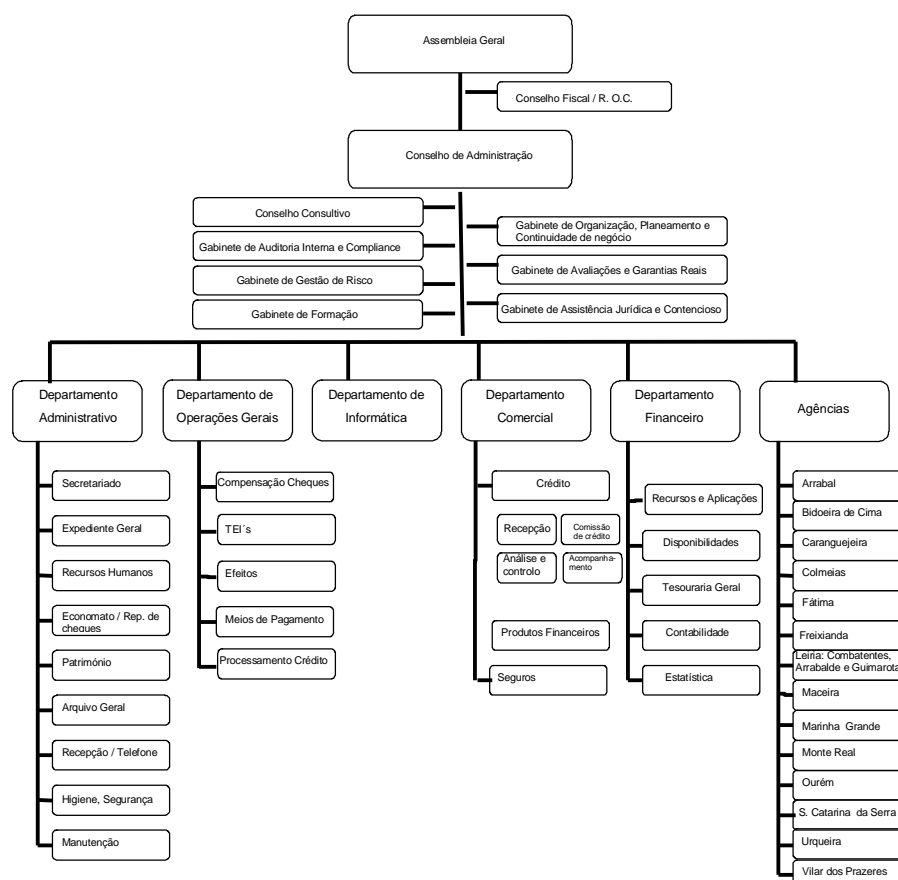
O colaborador que auferiu a remuneração mais elevada, excluindo os elementos dos Órgãos Sociais, recebeu em 2012 o valor bruto de € 54.964, os colaboradores que exercem em exclusivo as funções de controlo auferiram, conjuntamente, em 2012, € 58.197.

O total de honorários facturados durante o exercício de 2012 pela sociedade de revisores oficiais de contas, foi de € 40.744 (valor com o IVA Incluído), dos quais € 35.670 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de € 5.074, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade.

12.5 - Organograma

O modelo organizativo e a repartição de funções e responsabilidades entre as diferentes unidades de estrutura é da responsabilidade do Conselho de Administração, o qual define o modelo de estrutura organizacional e a repartição de funções entre as diversas unidades.

O organograma da CCAML tem a seguinte configuração:





12.6 - Sistema de Controlo Interno

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de administração, bem como das acções empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores da instituição, com vista a garantir:

- a) Um desempenho eficiente e rentável da actividade, no médio e longo prazo;
- b) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva;
- c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Para assegurar uma adequada gestão do sistema de controlo interno, estão implementadas as funções de Gestão de Riscos, de *Compliance* e de Auditoria Interna, com competências específicas e transversais para que, em conjunto e em articulação com toda a estrutura, possam desenvolver as actividades conducentes à existência de um ambiente de controlo, sistema de gestão de riscos, sistema de informação e comunicação e um processo de monitorização, adequados às necessidades da Instituição e nos termos das normas regulamentares estabelecidas pelo Banco de Portugal.

12.7 - Auditoria

O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

A sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda. é o Auditor Externo responsável pelos serviços de Auditoria e Revisão Oficial de Contas da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria.

O Revisor Oficial de Contas tem, especialmente, o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas, nos termos previstos na lei, à análise aos mapas prudenciais e à emissão de parecer sobre o sistema de controlo interno.



13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2012, no montante 4 208 653,41 euros, a seguinte distribuição:

	(em euros)
▪ Cobertura de resultados transitados negativos (derivados de ajustamentos pela aplicação das NCA's)	72 404,66
▪ Reserva legal	3 500 000,00
▪ Reserva especial	634 248,75
▪ Reserva para educação e formação cooperativa	1 000,00
▪ Reserva para mutualismo	1 000,00

Se esta proposta de distribuição dos excedentes líquidos merecer a aprovação da Assembleia Geral, a situação líquida da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passa a discriminar-se assim:

Capital Social	40 101 210,00
Reservas	17 356 212,41
Reserva legal	18 000 000,00
Reserva para educação e formação cooperativa	19 000,00
Reserva para mutualismo	26 000,00
Reservas resultantes da valorização ao justo valor	(2 604 485,76)
Reserva de reavaliação legais	546 738,77
Reservas por impostos diferidos	560 602,07
Reserva especial	808 357,33
Situação líquida	57 457 422,41

Nota: Os resultados transitados negativos, no montante de 72 404,66 euros devem-se, fundamentalmente, ao reconhecimento de parte dos impactos da transição para as NCA's, decorrentes da adopção da IAS 19, referentes ao Fundo de Pensões e Encargos com o SAMS.

Nota final:

Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.

Leiria, 7 de Março de 2013

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

Balanço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2012

		Ano			€
	Notas/ Quadros anexos	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Ano anterior
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13	6.562.942		6.562.942	8.981.168
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	4.365.222		4.365.222	4.195.026
Activos financeiros detidos para negociação					
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
Activos financeiros disponíveis para venda	15	55.683.564	0	55.683.564	41.830.407
Aplicações em instituições de crédito	16	195.654.343	0	195.654.343	176.354.499
Crédito a clientes	17	147.607.988	14.061.394	133.546.594	140.905.146
Investimentos detidos até à maturidade					
Activos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura					
Activos não correntes detidos para venda	18	6.204.425	1.768.790	4.435.635	4.783.102
Propriedades de investimento					
Outros activos tangíveis	19	18.252.751	7.239.221	11.013.530	11.175.629
Activos intangíveis	20	1.832.222	1.658.066	174.156	354.703
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21	2.500		2.500	2.500
Activos por impostos correntes					
Activos por impostos diferidos	30	3.035.458		3.035.458	5.878.721
Outros activos	22	867.778	32.654	835.124	744.422
Total de Activo		440.069.193	24.760.125	415.309.068	395.205.323

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

Balço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2012

€			
	Notas/ /Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Passivo			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito	23	127.274	189.971
Recursos de clientes e outros empréstimos	24	343.847.833	338.789.734
Responsabilidades representadas por títulos			
Passivos financeiros associados a activos transferidos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões	25	1.342.743	1.398.483
Passivos por impostos correntes	29	264.305	1.047.105
Passivos por impostos diferidos	30	338.034	37.833
Instrumentos representativos de capital	27	5.199.230	6.210.838
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	26	6.732.226	6.468.038
Total de Passivo		357.851.645	354.142.002
Capital			
Capital	27	40.101.210	37.112.055
Prémios de emissão			
Outros instrumentos de capital			
Ações próprias			
Reservas de reavaliação	28	-1.497.144	-13.765.843
Outras reservas e resultados transitados	28	14.644.704	12.597.546
Resultado do exercício		4.208.653	5.119.563
Dividendos antecipados			
Total de Capital		57.457.423	41.063.321
Total de Passivo + Capital		415.309.068	395.205.323

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

Demonstração de Resultados em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2012

		€	
	Notas/ /Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	2	18.312.910	18.546.032
Juros e encargos similares	2	5.405.960	3.967.832
Margem Financeira		12.906.950	14.578.200
Rendimentos de instrumentos de capital	3	14.500	14.467
Rendimentos de serviços e comissões	4	1.266.443	1.209.920
Encargos com serviços e comissões	4	339.817	294.333
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	-25.917	1.196
Resultados de reavaliação cambial	6	16.220	9.133
Resultados de alienação de outros activos	7	-82.536	-41.165
Outros resultados de exploração	8	203.572	385.175
Produto bancário		13.959.415	15.862.593
Custos com pessoal	9	4.333.531	4.284.649
Gastos gerais administrativos	10	2.030.397	1.945.535
Amortizações do exercício	19 e 20	723.479	668.993
Provisões líquidas de reposições e anulações	11	-55.740	16.862
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	12 e 17	447.915	1.522.303
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	735.301	648.123
Resultado antes de impostos		5.744.532	6.776.128
Impostos			
Correntes	29	2.179.221	2.024.025
Diferidos		-643.342	-367.460
Resultado após impostos		4.208.653	5.119.563
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-85.117	-44.681

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA DE LEIRIA, C.R.L. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS – NCA's EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Leiria (adiante apenas designada por "CCAM") foi constituída em 3 de Janeiro de 1915, tem actualmente como âmbito de acção e actividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de dezasseis balcões ligados "on line" entre si e a sede.

A CCAM é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no n.º 2 do artigo 28.º do RJCAM, bem como operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27.º e com os limites estabelecidos no n.º 6 do artigo 36.º-A do mesmo RJCAM.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) Bases de Apresentação

Os valores apresentados estão expressos em euros.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso n.º 1/2005, de 28 de Fevereiro, e outra legislação subsequente.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

As matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 são, em síntese, as seguintes:

A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros, realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- a) Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de activos financeiros;



- b) A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados;
- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos reituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objecto de correcção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico, os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal n.º 6/2005, de 28 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;
- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vincendas de uma mesma operação de crédito, nas condições do n.º 4.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal;
- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.

A.2 - RESTANTES ACTIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes activos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso n.º 3/95 e na Instrução n.º 7/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

A.3 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que os ajustamentos de valor daí resultantes serão incorporados em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas de reavaliação legais".

B) Principais Políticas Contabilísticas

B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.



A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associados prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações, registados em resultados ao longo da sua vida.

B2 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo excepções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transacção directamente atribuíveis, com excepção dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transacção são de imediato reconhecidos em resultados.

B2.1 - ACTIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transaccionados em mercados activos classificados como de negociação.

Estes activos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transacções, registados em resultados; os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

B2.2 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.



Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica “reservas de reavaliação de justo valor” (excepto no caso de perdas de imparidade) até que o activo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados à taxa de juro nominal.

B3 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efectuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes activos não são objecto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido.

B4 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respectiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicada ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	3 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

B5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros activos intangíveis, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estes activos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

B6 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica residual inclui todos os activos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução n.º 7/2005 de que os activos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.



B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido actual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

B8 - PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da actividade. O seu reconhecimento efectua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

B9 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como activos por impostos diferidos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado directamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados, no mesmo ou num diferente período, também directamente ao capital próprio. Foi adoptado este reconhecimento relativamente aos títulos de dívida pública.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda susceptíveis de revisão.



B10 - RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

B10.1 - FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Colectivo de Trabalho das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACT)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao ACT, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou também a ser assegurado pelo Fundo de Pensões.

O valor global das *responsabilidades com pensões e outros benefícios*, encontra-se, consoante a respectiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Activos. O valor correspondente ao exercício de 2012, no montante de 452.193 euros, por ter natureza credora, é apresentado na rubrica Outros Passivos.

Nos termos do n.º 2 do n.º 11.º do Aviso n.º 12/2001, as instituições de crédito que apliquem as NCA's, devem divulgar em nota adequada do anexo às contas, diversa informação relativa às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, a qual será detalhada mais adiante na Nota 26.

B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

Nos termos do ACT a CCAM assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no activo, que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

De acordo com a Carta Circular 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006, a CCAM reconheceu em Outros Passivos, aquelas responsabilidades (ver Nota 26). O acréscimo do exercício, no montante de 52.601 euros, foi apurado com base nos critérios utilizados pelo Crédito Agrícola. No mesmo período, foi colocado à disposição dos beneficiários o total de 18.027 euros.

B10.3 – ENCARGOS COM O SAMS

Conforme já foi referido, a partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou a ser assegurado pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, tendo-se procedido à reclassificação dessas responsabilidades. No final do ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu um novo aviso (Aviso n.º 7/2008), no qual permite diferir os impactos decorrentes da transição para a IAS 19, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Assim, o montante de 575.450 euros, que em 31-12-2007 ainda estava por reconhecer em resultados transitados, é imputado ao longo de nove anos, sendo o montante a reconhecer anualmente de 63.939 euros.



B11 – CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art. 15º um capital mínimo a subscrever em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Sempre que existam títulos de capital “extraordinário”, o montante total destes títulos é reclassificado para a respectiva rubrica de Passivo, “Instrumentos representativos de capital”.

B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

A CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*, que foi constituído em Novembro de 1994 com o objectivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante “até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte”) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 0% para o exercício de 2012, deixando de ser possível a substituição da contribuição anual pelo compromisso irrevogável de pagamento (limite de 10% em 2011).

Em 2012, a taxa contributiva de base aplicável é de 0,03%, sendo a respectiva contribuição paga, de 80.764 euros, reconhecida em custos de forma linear ao longo do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2012, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor 700.000 euros em OT 4,45% – Junho 2008-2018 e 900.000 euros em OT 3,85% – Abril 2005-2021, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com o referido Fundo de Garantia de Depósitos.

B13 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

B14 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base na taxa de câmbio no dia da operação; as existências no final do ano foram convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2012, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).



B15 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce directa ou indirectamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é igual ou superior a 20%.

NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012	31-12-2011
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais	28.240	79.404
Juros de disponibilidades e aplicações em Instituições Financeiras	9.821.386	9.650.784
Juros de Crédito	5.996.408	6.178.448
Juros de Activos Financeiros disponíveis para Venda	2.466.875	2.637.368
Outros Juros e Rendimentos Similares	1	28
	18.312.910	18.546.032
Juros e Encargos Similares		
Juros de Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	881	1.379
Juros de Depósitos de Clientes	5.254.557	3.791.229
Outros Juros e Encargos Similares	150.522	175.224
	5.405.960	3.967.832
Margem Financeira	12.906.950	14.578.200

NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	14.500	14.467
	14.500	14.467



NOTA 4 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Por garantias prestadas	80,274	66,179
Por serviços bancários prestados	997,412	959,394
Por operações realizadas por conta de terceiros	158,086	154,236
Outras comissões recebidas	30,671	30,111
	1,266,443	1,209,920
Encargos com Serviços e Comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	333,498	269,517
Por operações realizadas por terceiros	0	0
Outras comissões pagas	6,319	24,816
	339,817	294,333

NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Instrumentos de Dívida						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública	0	25.917	-25.917	1.196	0	1.196
	0	25.917	-25.917	1.196	0	1.196

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Reavaliação Cambial						
Ganhos/Perdas Diferenças Cambiais	19.284	3.064	16.220	15.350	6.217	9.133
	19.284	3.064	16.220	15.350	6.217	9.133



NOTA 7 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Alienação de Outros Activos						
Activos Não Correntes Detidos p/ Venda	4.627	89.744	-85.117	758	45.439	-44.681
Outros Activos Tangíveis	2.581	0	2.581	3.516	0	3.516
	7.208	89.744	-82.536	4.274	45.439	-41.165

NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012	31-12-2011
Outros Proveitos Operacionais		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais	491.384	565.034
	491.384	565.034
Outros Custos Operacionais		
Impostos Directos e Indirectos	28.932	30.370
Quotizações e Donativos	139.712	69.125
Contribuições para o FGD	80.764	75.092
Outros Encargos e Gastos Operacionais	38.404	5.272
	287.812	179.859
	203.572	385.175

NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012	31-12-2011
Vencimentos e Salários		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	350.468	365.923
Remuneração Empregados	3.012.572	2.886.693
Encargos Sociais Obrigatórios		
Segurança Social	709.932	695.463
SAMS	151.753	159.722
Fundo de Pensões	4.755	56.778
Outros Encargos Obrigatórios	30.768	23.242
Outros Custos com o Pessoal		
Serviços Clínicos	4.600	4.600
Contribuições para Associações de Empregados	16.000	18.745
Outros	52.683	73.483
	4.333.531	4.284.649



NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012	31-12-2011
Água, Energia e Combustíveis	140.267	122.914
Material de Consumo Corrente	60.666	182.523
Publicações	3.012	3.204
Material de Higiene e Limpeza	3.478	3.898
Outros Fornecimentos de Terceiros	16.333	2.626
Rendas e Alugueres	25.380	25.350
Comunicações	263.510	253.027
Deslocações, Estadas e Representação	52.086	56.072
Publicidade e Edição de Publicações	47.981	105.569
Conservação e Reparação	286.613	113.152
Transportes	17.365	18.336
Formação de Pessoal	17.629	23.873
Seguros	28.472	32.472
Serviços Especializados		
Avenças e Honorários	73.471	61.424
Judiciais, Contencioso e Notariado	54.956	72.550
Informática	463.606	380.022
Segurança e Vigilância	33.424	33.324
Limpeza	77.806	74.730
Informações	368	641
Outros Serviços Especializados	217.698	204.011
Outros Serviços de Terceiros	146.276	175.817
	2.030.397	1.945.535

NOTA 11 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31-12-2012	31-12-2011
Dotações	39,903	92,909
Reversões	95,643	76,047
Saldo (Dotações - Reversões)	-55,740	16,862



NOTA 12 – CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES)

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31-12-2012	31-12-2011
Dotações	2,064,880	1,978,018
Reversões	1,616,965	455,715
Saldo (Dotações - Reversões)	447,915	1,522,303

NOTA 13 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Caixa	3,095,536	2,822,441
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais		
Banco de Portugal	3,467,406	6,158,727
	6,562,942	8,981,168

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa, cujo rácio de reservas mínimas passou de 2% em 2011 para 1% em 2012.

NOTA 14 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012	31-12-2011
Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País		
Depósitos à ordem	3,096,481	2,641,764
Cheques a Cobrar	1,268,741	1,553,262
	4,365,222	4,195,026



NOTA 15 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

31-12-2012							
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	56.404.441	53.568.437	902.465	1.122.907	3.307.406		54.470.902
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Acções	50.125	1.212.662					1.212.662
Outras							
	56.454.566	54.781.099	902.465	1.122.907	3.307.406	0	55.683.564

31-12-2011							
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	58.822.960	39.683.634	934.111		18.182.402		40.617.745
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Acções	50.125	1.212.662					1.212.662
Outras							
	58.873.085	40.896.296	934.111	0	18.182.402	0	41.830.407

NOTA 16 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012	31-12-2011
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	193,860,500	174,751,649
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	1,793,843	1,602,850
	195,654,343	176,354,499



NOTA 17 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Crédito Interno + Juros		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos	1.363.789	1.880.767
Empréstimos	47.954.823	51.473.027
Créditos em Conta Corrente	7.853.664	8.745.035
Descobertos em Depósitos à Ordem	9.313	7.655
Particulares		
Habitação	45.344.789	46.616.232
Consumo	3.946.842	3.772.858
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeito	245.247	204.725
Empréstimos	19.454.617	23.690.541
Créditos em Conta Corrente	1.455.952	1.673.132
Descobertos em Depósitos à Ordem	4.818	5.422
	127.633.854	138.069.394
Crédito e Juros Vencidos		
Empresas e Administrações Públicas	13.320.137	11.156.712
Particulares		
Habitação	1.604.769	1.248.704
Consumo	382.481	334.783
Outras Finalidades	4.599.433	3.699.757
Juros Vencidos a Regularizar	67.314	9.275
	19.974.134	16.449.231
Provisões Acumuladas		
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	-83.527	-89.722
Para Crédito Vencido	-13.977.867	-13.523.757
	-14.061.394	-13.613.479
	133.546.594	140.905.146

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, foram os seguintes:

	31-12-2012	31-12-2011
Saldo Inicial	13,613,479	12,091,402
Dotações	2,064,880	1,978,018
Utilizações	0	226
Reversões	1,616,965	455,715
Saldo Final	14,061,394	13,613,479



NOTA 18 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012	31-12-2011
Activos Não Correntes Detidos para Venda		
Imóveis	6.198.687	5.876.699
Outros Activos	5.738	5.738
Provisões para Imparidade - Activos Não Financeiros		
Activos Tangíveis Não Correntes Detidos p/ Venda	-1.768.790	-1.099.335
	4.435.635	4.783.102

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

	31-12-2012	31-12-2011
Saldo Inicial	1,099,335	542,220
Dotações	735,301	663,653
Utilizações	65,846	91,008
Reversões	0	15,530
Saldo Final	1,768,790	1,099,335

NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Imóveis		
De Serviço Próprio	10.517.942	10.318.468
Obras em Imóveis Arrendados	0	0
Equipamento		
Mobiliário e Material	68.711	66.360
Máquinas e Ferramentas	36.087	61.124
Equipamento Informático	119.178	208.936
Instalações Interiores	19.763	34.312
Material de Transporte	26.203	57.818
Equipamento de Segurança	40.936	64.773
Outro Equipamento	0	0
Outros Activos Tangíveis		
Diversos	0	0
Património Artístico	47.278	29.588
Activos Tangíveis em Curso		
Imóveis	137.432	334.250
Equipamento	0	0
	11.013.530	11.175.629



O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outros Activos Tangíveis	Activos Tangíveis em Curso	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2011	10.318.468	493.323	29.588	334.250	11.175.629
Compras	225.149	124.263	31.421		380.833
Abates (Líquido)					0
Amortizações do Exercício	222.493	306.708	13.731		542.932
Transferências	196.818			-196.818	0
Saldo Líquido a 31-Dez-2012	10.517.942	310.878	47.278	137.432	11.013.530

NOTA 20 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Outros Activos Intangíveis		
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	167.608	332.142
Outros Activos Intangíveis	0	0
Activos Intangíveis em Curso	6.548	22.561
	174.156	354.703

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Sistemas de Tratamento Automático de Dados	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em Curso	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2011	332.142	0	22.561	354.703
Compras				0
Abates (Líquido)				0
Amortizações do Exercício	180.547			180.547
Transferências	16.013		-16.013	0
Regularizações				0
Saldo Líquido a 31-Dez-2012	167.608	0	6.548	174.156



NOTA 21 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Investimentos em Associadas	1,250	1,250
Investimentos em Empreendimentos Conjuntos	1,250	1,250
	2,500	2,500

NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Devedores e Outras Aplicações		
Aplicações Diversas	0	0
Devedores Diversos	193.062	143.594
Outros Activos		
Outros Metais Preciosos, Numismática e Medalhística	77	82
Rendimentos a Receber		
Outros Rendimentos a Receber	3.312	3.785
Despesas com Encargo Diferido		
Outras Despesas com Encargo Diferido	370.062	437.998
Responsab. com Pensões e Outros Benefícios		
Resp. c/ Pensões Outros Benefícios (saldo devedor)	0	0
Outras Contas de Regularização		
Outras Operações a Regularizar	268.611	158.963
	835.124	744.422

A maior componente desta rubrica está incluída nas Despesas com Encargo Diferido e refere-se mais concretamente aos Encargos Diferidos com o SAMS ainda não reconhecidos em resultados, cujo saldo em 31-12-2012 se cifrava em 255.755 euros (319.694 euros em 31-12-2011), conforme explicado atrás na Nota B10.3.

NOTA 23 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Recursos de Outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	127,274	189,971
Depósitos a Prazo	0	0
Outros Recursos	0	0
	127,274	189,971



NOTA 24 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Depósitos de Residentes		
Do Sector Público Administrativo		
Depósitos à Ordem	2.557.494	1.419.874
Depósitos a Prazo	2.717.217	5.010
De Emigrantes		
Depósitos à Ordem	967.927	970.124
Depósitos a Prazo	7.061.769	7.537.741
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	77.600.201	76.923.529
Depósitos a Prazo	216.019.735	211.391.895
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformados	28.749.492	30.896.075
Poupança Outros	324.530	379.392
Outros	7.800.101	9.198.066
Outros Recursos de Clientes		
Cheques e Ordens a Pagar	49.367	68.028
	343.847.833	338.789.734

NOTA 25 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	Provisão para Riscos Gerais de Crédito	Provisão para Garantias e Compromissos Assumidos	Total
Saldo a 31-Dez-2011	1,181,145	217,338	1,398,483
Dotações	39,903	0	39,903
Utilizações	0	0	0
Reversões	95,643	0	95,643
Saldo a 31-Dez-2012	1,125,405	217,338	1,342,743



NOTA 26 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Credores e Outros Recursos		
Recursos Diversos	1.815.462	1.827.062
Sector Público Administrativo	325.177	276.901
Cobranças por Conta de Terceiros	5.281	6.174
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	13.167	17.995
Credores Diversos	2.104.643	2.078.229
Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios		
Responsabilidades c/ Pensões e Outros Benefícios (saldo credor)	452.193	468.342
Receitas Com Rendimento Diferido		
Outras Receitas c/ Rendimento Diferido (s/ crédito)	6.068	5.166
Encargos a Pagar		
Outros Encargos a Pagar		
Por Gastos com Pessoal		
Rem. Órgãos Gestão e Fiscalização	62.441	61.953
Remunerações de Empregados	464.100	449.847
Outros Gastos c/ Pessoal - Prémios de Antiguidade	561.347	508.746
Outras Contas de Regularização		
Operações Passivas a Regularizar	460.782	440.040
Outras Operações a Regularizar	461.565	327.583
	6.732.226	6.468.038

As componentes mais significativas desta rubrica são os Recursos Diversos e os Credores Diversos, e o seu elevado montante está relacionado com a aquisição de bens sitos em Paredes de Vitória, que eram de Soares & Barosa, Lda., no âmbito do processo de insolvência da referida sociedade, que se encontram registados na rubrica Activos Não Correntes Detidos para Venda (Ver Nota 18), e a posterior celebração de contratos-promessa de compra e venda com os promitentes-compradores.

Assim, em 31-12-2012, nos Recursos Diversos está incluído o montante de 1.814.500 euros (1.814.500 euros também em 2011), referente a uma caução bancária a favor da Massa Falida de Soares & Barosa, Lda., em resultado da aquisição dos bens anteriormente referidos, que corresponde à parte do preço não depositada, por dispensa conforme despacho nos autos. Nos Credores Diversos está incluído o montante de 1.718.035 euros (1.718.035 euros também em 2011) referente a adiantamentos recebidos nos termos dos contratos-promessa de compra e venda relativos aos mesmos imóveis, já celebrados com os promitentes-compradores.

Em relação às responsabilidades com pensões e outros benefícios, o saldo global, por ter natureza credora, é apresentado nesta rubrica, e resulta do valor das responsabilidades totais de 1.257.133 euros, acrescido dos desvios actuariais no valor de 482.845 euros e deduzido do valor patrimonial do fundo de pensões, no montante de 1.287.785 euros.

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e respectivos encargos pós-reforma com o serviço de assistência médico-social (SAMS), apresentadas nesta rubrica, estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, do qual é Associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A..



No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiadas através do Fundo de Pensões. De acordo com a cláusula 116.^a do acordo colectivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões de reforma e sobrevivência.

A avaliação actuarial contempla os trabalhadores no activo, licenças sem vencimento, pré-reformados, reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM). De acordo com as Cláusulas 109.^o, 110.^o e 111.^o do ACT, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e actualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Em 31 de Dezembro de 2012, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuía-se de acordo com o seguinte quadro:

Trabalhadores no Activo e Licenças sem Vencimento	
Número de participantes	105
Idade média	44.9
Antiguidade média na banca	19.3
Salário médio anual	27,274 €
Folha anual de salários	2,863,801 €
Reformados e Pensionistas	
Número de beneficiários	12
Idade média	72.2
Pensão média anual a cargo do Fundo	963 €

Na avaliação actuarial, foram considerados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

Pressupostos Financeiros	
Taxa de crescimento salarial futura	2%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	2.5%
Taxa de desconto	4.5%
Taxa de crescimento das pensões	1.75%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007)	1.81%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007)	1.75%
Pressupostos Demográficos	
Tábua de mortalidade	TV - 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80
Idade normal de reforma	65 anos

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para efeito da presente avaliação actuarial, considerou-se que a esperança média de vida aos 65 anos aumenta um ano em cada período de dez anos.

Para estimação da pensão a cargo do Fundo, utilizou-se a tabela do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.^a do ACT, bem como as diuturnidades até à aposentação, definidas na cláusula 81.^a do mesmo documento.



O método de cálculo utilizado para as responsabilidades com pensões diferidas de velhice e sobrevivência, foi o do *Projected Unit Credit*.

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais), referente aos trabalhadores no activo e licenças sem vencimento foi o que seguidamente se indica:

Valor Actual das Responsabilidades em 31-12-2012	
Por Serviços Passados	960,531
Por Serviços Futuros	872,343
	1,832,874

Relativamente às responsabilidades com pensões em pagamento aos actuais reformados e pensionistas, o valor das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com o SAMS, ascendem a 296.603 euros.

Verificou-se um acréscimo anual de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência referente a esta Caixa, conforme a seguir se apresenta:

Responsabilidades com Pensões de Reforma e Sobrevivência	
(+) Custo do serviço corrente	36,199
(+) Custo dos juros	54,136
(-) Rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões	45,820
(+/-) Ganhos e perdas actuariais	173,282
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	0
Acréscimo Anual de Responsabilidades	217,797

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados, foi o seguinte:

Responsabilidades Totais em 31-12-2011	958,412
(+) Custo do serviço corrente	36,199
(+) Custo dos juros	54,136
(+/-) Ganhos e perdas actuariais nas responsabilidades	236,062
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	0
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	16,768
(-) SAMS pago pelo fundo de pensões	10,908
Responsabilidades Totais em 31-12-2012	1,257,133

O movimento ocorrido na quota-parte do fundo de pensões referente à CCAM de Leiria, durante o exercício de 2012, foi o que se indica a seguir:



Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2011	1.174.548
(+) Contribuições efectuadas	38.895
Pela CCAM de Leiria	0
Pelos empregados	38.895
(+) Rendimento dos activos do fundo de pensões (líquido)	108.600
(-) Prémios de seguros pagos	27.486
(+) Participação de resultados no seguro	20.904
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	16.768
(-) SAMS pago pelo fundo de pensões	10.908
Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2012	1.287.785

O valor das responsabilidades por amortizar em 31-12-2012 era de 287.226 euros (236.992 euros referentes a serviços passados e 50.234 euros referentes a reformados e pensionistas). Deste modo, de acordo com o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal (com os serviços passados de pessoal no activo financiados a um nível mínimo de 95%, sem prejuízo do cumprimento dos níveis mínimos de solvência determinados pelo Instituto de Seguros de Portugal), o valor das responsabilidades por serviços passados a reconhecer em 31 de Dezembro de 2012, era de 933.731 euros.

Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento global da quota-parte desta Caixa cifra-se em 102,4% enquanto que o nível de financiamento de acordo com o Aviso n.º 12/2001 atinge os 137,9%.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31-12-2012 a decomposição do corredor é a seguinte:

Corredor	128,779
(+) Desvios actuariais por amortizar em 31-12-2011	-684,478
Ganhos e perdas actuariais dentro do corredor	-117,455
Ganhos e perdas actuariais fora do corredor	-567,023
Tempo de serviço médio futuro dos activos do fundo	20
(-) Amortização de desvios actuariais em 2012	-28,351
(+/-) Desvios actuariais gerados em 2012	173,282
Desvio financeiro (Ganho/Perda)	-62,780
Desvio actuarial (Ganho/Perda)	236,062
(=) Desvios actuariais por amortizar em 31-12-2012	-482,845



NOTA 27 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	Incorporação de reservas	Entradas/Saídas de Sócios	Total
Saldo em 31-Dez-2010	34.000.000	1.131.500	35.131.500
Emissão de títulos de capital	2.000.000	15.000	2.015.000
Reembolso de títulos de capital		-34.445	-34.445
Saldo em 31-Dez-2011	36.000.000	1.112.055	37.112.055
Emissão de títulos de capital	3.000.000	18.000	3.018.000
Reembolso de títulos de capital		-28.845	-28.845
Saldo em 31-Dez-2012	39.000.000	1.101.210	40.101.210

O montante relativo às emissões de Capital Especial/Extraordinário, foi reclassificado devido à aplicação das NCA, apresentando-se agora na rubrica do passivo "Instrumentos Representativos de Capital", sendo o seu valor nominal em 31-12-2012 de 5.049.720 euros, ascendendo os respectivos juros decorridos a 149.510 euros.

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital da CCAM LEIRIA, C.R.L. encontra-se disperso por 12.659 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35.000 euros (7.000 títulos de capital) no capital da CCAM.

NOTA 28 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Reservas de Reavaliação				
	Reservas de Reavaliação ao Justo Valor	Reservas de Reavaliação Legais	Reservas por Impostos Diferidos	Total
Saldo Final a 31-Dez-2011	-18,662,244	549,189	4,347,212	-13,765,843
Constituições	-5,732,243	-3,856	155,264	-5,580,835
Anulações	21,790,002	1,406	-3,941,874	17,849,534
Transferências	0	0	0	0
Saldo Final a 31-Dez-2012	-2,604,485	546,739	560,602	-1,497,144

Outras Reservas				
	Reserva Legal	Reserva Especial	Outras Reservas	Total
Saldo Final a 31-Dez-2011	12.500.000	131.477	42.000	12.673.477
Constituições	2.500.000	2.542.632	1.000	5.043.632
Anulações	0	0	0	0
Transferências	-500.000	-2.500.000	0	-3.000.000
Saldo Final a 31-Dez-2012	14.500.000	174.109	43.000	14.717.109



Resultados Transitados	
Saldo Final a 31-Dez-2011	-75.931
Cobertura do Saldo Negativo do Exercício Anterior através dos Resultados Líquidos	75.931
Regularização de Excedentes em Passivos por Impostos Diferidos	2.450
Parte do Impacto da Transição para a IAS 19 referente ao Fundo de Pensões	-10.718
Parte do Impacto da Transição para a IAS 19 referente aos Encargos com o SAMS	-63.939
Regularização de Excedentes em Activos por Impostos Diferidos	-198
Saldo Final a 31-Dez-2012	-72.405



NOTA 29 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE OS LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2012 o imposto corrente sobre os lucros e as correspondentes derramas, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Estatuto dos Benefícios Fiscais e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, na parte aplicável, apurando-se o montante de 2.179.221 euros, conforme detalhe seguinte:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Lucro contabilístico antes de impostos	5.744.532	6.776.128
*Lucro tributável imputado por ACE	0	0
*Reintegrações e amortizações não aceites	13.731	9.580
*Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	1.866.438	1.733.175
*Donativos não previstos ou além dos limites legais	1.125	1.600
*Multas e penalidades	0	208
*Menos-valias contabilísticas	0	0
*Mais-valias fiscais	1.290	1.758
*40% aumento das reintegrações resultantes de reavaliações	10.233	10.233
*Correcções relativas a exercícios anteriores	10	1.204
*Prémios de Antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	52.601	82
*Realizações de utilidade social não dedutíveis	4.755	0
*Alterações na mensuração de activos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009)	59.856	5.438
*Diferença positiva entre o VPT definitivo do imóvel e o valor do contrato	18.430	0
*Contribuição sobre o sector bancário (Art.º 45.º, n.º 1, alínea o))	12.836	11.633
*Variação patrimonial referente Resp. c/ Fundo Pensões/SAMS (Art.º 43.º, n.º 13)	0	-12.641
*Prejuízo fiscal imputado por ACE	0	0
*Redução de provisões tributadas	-84.160	-155.167
*Mais-valias contabilísticas	-2.581	-3.516
*Menos-valias fiscais	0	0
*Benefícios fiscais	-39.726	-19.206
*Prémios de Antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	0	0
*Alterações na mensuração de activos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009)	0	0
*Pagamento de reformas antecipadas/SAMS (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	-364	-1.700
Prejuízo fiscal (Regime Geral)	0	0
Lucro tributável (Regime Geral)	7.659.006	6.248.868
Lucro tributável (Regime de Redução de Taxa)	0	2.109.941
Prejuízos Fiscais Dedutíveis (Regime Geral)	0	0
Matéria colectável (Regime Geral - 1.º Escalão)	0	12.500
Matéria colectável (Regime Geral - 2.º Escalão)	7.659.006	6.236.368
Matéria colectável (Regime de Redução de Taxa)	0	2.109.941
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 1.º Escalão		12,50%
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 2.º Escalão	25,00%	25,00%
Taxa reduzida de imposto sobre o lucro tributável		20,00%
Colecta	1.914.752	1.982.643
Deduções à colecta	0	-252.253
Derrama	114.119	124.546
Derrama estadual (Art.º 87.º - A)	184.770	158.970
Tributações autónomas	10.461	10.119
Estimativa de impostos sobre os lucros do exercício	2.224.102	2.024.025
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores	-44.881	0
Imposto Corrente sobre os Lucros	2.179.221	2.024.025
Retenções na fonte	8.432	4.986
Pagamentos por conta/adicionais por conta (Art.os 105.º e 105.º - A)	1.951.365	971.934
IRC a pagar / receber	264.305	1.047.105
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	38,72%	29,87%



NOTA 30 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	31-12-2012	31-12-2011
Activos por impostos diferidos		
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	874.362	4.361.874
Reservas result. valoriz. justo valor - Activos adquir. reembolso de crédito	0	0
Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros	2.012.339	1.394.748
Responsabilidades com prémios de antiguidade	148.757	122.099
Prejuízos fiscais	0	0
Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens)	0	0
Outros	0	0
	3.035.458	5.878.721
Passivos por impostos diferidos		
Reservas de reavaliações legais	39.476	37.026
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	297.570	0
Responsabilidades com reformas antecipadas	988	807
Reinvestimentos de mais-valias fiscais	0	0
Outros	0	0
	338.034	37.833
Impacto total dos Impostos diferidos	2.697.424	5.840.888

NOTA 31 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A CCAM de Leiria está inscrita no Instituto de Seguros de Portugal, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação em exclusividade com a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (CA Seguros), relativamente ao exercício da actividade de seguros para todos os Ramos Não Vida, e autorizada, relativamente ao exercício da actividade de seguros para o Ramo Vida, com as seguradoras *ALICO - American Life Insurance Company* e Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A..

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAM efectua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAM.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAM recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAM e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões. Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de Dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um activo no Balanço, na rubrica de Outros Activos. À data de emissão das presentes demonstrações financeiras, as remunerações de mediação que estavam por pagar em 31 de Dezembro de 2012, encontram-se já integralmente pagas pelas referidas Seguradoras.



O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros, auferidas pela CCAM nos últimos 2 anos (valores em euros):

Origem	Seguradora	31-12-2012	31-12-2011	% por Origem 31-12-2012
Ramos Não Vida	CA Seguros	70.557	45.967	56,5%
Ramo Vida	ALICO	22.997	84.748	18,4%
Ramo Vida	Fidelidade	31.423	23.521	25,1%
Total		124.977	154.236	100,0%

A CCAM não efectua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de quaisquer tipos de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros, exercida pela CCAM.

NOTA 32 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o previsto no artigo n.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

- Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as que se referem a Garantias Prestadas a Clientes, cujo montante, em 31 de Dezembro de 2012, ascendia a 4.423.285 euros. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 22 e 26, existe o risco da CCAM ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos. No entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;
- O total de honorários facturados durante o exercício de 2012 pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de 33.125 euros, dos quais 29.000 euros correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de 4.125 euros, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade.

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria apresenta o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e emite parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas, e a Proposta para a Aplicação dos Resultados, elaborados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Ao longo do exercício, este Conselho acompanhou a evolução da actividade da Caixa, verificou a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, comprovou o cumprimento do normativo em vigor e tomou conhecimento da informação de reporte periódica remetida ao B. P..

Recebeu e examinou os relatórios de Auditoria Interna, de *Compliance* e de Gestão de Riscos. Analisou o relatório de controlo interno, e, nos termos do artigo 25º do aviso n.º. 5/2008 elaborou o respectivo parecer. Emitiu, também, parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2013.

O Conselho manteve um diálogo frequente com a Administração, reuniu com elementos da equipa da “Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.” que audita as contas da instituição e solicitou informações e esclarecimentos a responsáveis de diversos Serviços.

Após o encerramento das contas analisámos em pormenor o Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração e os mapas que o acompanham, nomeadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados, e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

Apreciámos a Certificação Legal de Contas, que merece o nosso acordo, e examinámos a Proposta de Aplicação de Resultados.

No âmbito das nossas funções concluímos que:

- O Balanço, a Demonstração dos Resultados e restantes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Caixa e foram elaborados de acordo com as normas contabilísticas e legislação conexas aplicáveis no Sistema Bancário;
- O Relatório de Gestão é coerente, rigoroso e suficientemente esclarecedor da evolução da actividade da Caixa durante o exercício de 2012;
- A Proposta de Aplicação de Resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

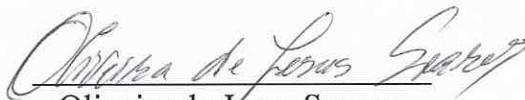
Face ao exposto o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:


- a) O Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012;
- b) As Contas relativas a esse exercício;
- c) A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.


O Conselho Fiscal propõe que, pela atividade desenvolvida, seja aprovado um voto de louvor à Administração e a todos Trabalhadores da Caixa.

Leiria, 08/03/2013

O Conselho Fiscal


Oliveira de Jesus Soares


Filipe José Cândido da Silva


Luís Heleno Cardoso



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 415.309.068 euros e um total de capital próprio de 57.457.423 euros, incluindo um resultado líquido de 4.208.653 euros), a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

1/2

SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.*, em 31 de dezembro de 2012 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 8 de março de 2013

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC n.º 359